



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ROSAHILDA MARTINS CORTEZ

**AO SUL DA POLÍTICA:  
a participação feminina na política de Ipiranga-PI (1972-2008)**

PICOS-PI  
2014

ROSAHILDA MARTINS CORTEZ

**AO SUL DA POLÍTICA:  
a participação feminina na política de Ipiranga-PI (1972-2008)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Me. Fábio Leonardo Brito

PICOS-PI

Eu, **Rosahilda Martins Cortez**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 20 de agosto de 2014.

*Rosahilda Martins Cortez*

Assinatura

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo

**C828s** Cortez, Rosahilda Martins.  
Ao Sul da política: a participação feminina na política de Ipiranga  
– PI (1972 – 2008) / Rosahilda Martins Cortez. – 2014.  
CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (62 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do  
Piauí. Picos-PI, 2014.

Orientador(A): Prof. MSc. Fábio Leonardo Brito

1. Mulheres. 2. Política. 3. Espaço Público. 4. Espaço Privado. I.  
Título.

**CDD 320.981 22**

ROSAHILDA MARTINS CORTEZ

**AO SUL DA POLÍTICA:  
a participação feminina na política de Ipiranga-PI (1972-2008)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Me. Fábio Leonardo.

**Aprovada em: 05 / 08 / 2014.**

**BANCA EXAMINADORA**

*Fábio Leonardo Castelo Branco Brito*

Prof. Me. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito  
Orientador

*Francisco Gleison da Costa Monteiro*

Prof. Me. Francisco Gleison da Costa Monteiro  
Examinador Interno

*Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira*

Examinadora Externa  
Prof<sup>ª</sup> Me. Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira

*Dedico este trabalho a Deus, que sempre me deu força e esteve ao meu lado na caminhada da vida. Aos meus pais João e Amparo pelo amor e dedicação imensurável e ao Mestre Fábio Leonardo pelas orientações e paciência.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ter me dado força para chegar a esse momento de alegria, que começou com um sonho e hoje se concretiza. Chegar até aqui não seria possível sem tê-lo em minha vida.

Não poderia deixar de agradecer a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para essa conquista e conclusão desse trabalho.

Agradeço, em especial, a minha mãe e ao meu pai que sempre me incentivaram a estudar e a chegar a onde estou hoje, agradeço o amor, carinho, amizade, confiança, os conselhos, agradeço por todas as vezes que abriram mão de suas vontades para satisfazerem as minhas, pois sei que não foi fácil chegar aqui. A vocês todo meu amor e carinho.

Agradeço também aos familiares que sempre estiveram ao meu lado ao longo desta caminhada, me ajudando a superar as dificuldades e a seguir em frente. Em especial, a tia Rosário (in memória), a minha madrinha Gorete, a tia Teresinha, a Rosa Maria, a Narla, a minha comadre Maxilândia, a meu afilhado Davy, a todos que contribuíram com a minha formação.

Agradeço ao meu namorado Felipe, pelo amor, carinho, atenção e pelo incentivo, nas horas que quis fraquejar, pelo abraço, acolhedor nas horas de tristeza, e pelo amigo que encontrei nele.

Aos professores, Olivia Candeia por ter num primeiro momento aceitado orientar meu trabalho sem nenhuma imposição, e ao querido professor Fábio por ter dado continuidade ao trabalho, quando a professora Olivia teve que se afastar por motivos pessoais. Obrigado a ambos pelas orientações e pelo compromisso.

Aos professores do curso que contribuíram na construção do meu conhecimento e formação intelectual. Em especial aos queridos professores José Lins, Jhonny Santana, Gleison Monteiro, Marylu Oliveira.

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas, que conheci ao longo do curso, Larice e Eveline pelo ombro amigo, pelos conselhos, pelos trabalhos em grupo e pelas felicidades divididas. E aos companheiros e companheiras de jornada Livinha, Lidian Shayane, Jussan, Carvalho Neto. Assim como também as minhas amigas Tayna, Kell, Gabriella, Leticia, Danilla e em especial a Tamires Mendes.

Aos que colaboraram para a construção desse trabalho, minha entrevistadas, Carminha, Dapaz, Dolores, Iolanda, Jadey, Hosana e Helenita, ao meu entrevistado e tio

Lucas Rufino. A Carlos Lopes, sempre disponível a ajudar na procura dos documentos da Câmara Municipal e a Rodrigo pela montagem fotográfica.

Chegar até aqui não foi fácil, a caminhada foi longa, quantos dias longe de casa, dos meus pais, quantos dias aperreados com provas e trabalhos, mas chegamos ao final e obrigado a todos vocês que fizeram minha jornada mais leve e feliz e hoje dividem essa alegria comigo. Obrigado a todos.

Já é tarde, tudo está certo  
Cada coisa posta em seu lugar  
Filho dorme ela arruma o uniforme  
Tudo pronto pra quando despertar  
O ensejo a fez tão prendada  
Ela foi educada pra cuidar e servir  
De costume esquecia-se dela  
Sempre a última a sair...

Disfarça e segue em frente  
Todo dia até cansar  
E eis que de repente ela resolve então  
mudar  
Vira a mesa  
Assume o jogo  
Faz questão de se cuidar  
Nem serva, nem objeto  
Já não quer ser o outro  
Hoje ela é um também

(Pitty: Desconstruindo Amélia)

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a inserção feminina na política ipiranguense, no período compreendido entre 1972 a 2008, tendo como objetivo compreender como as mulheres foram se fazendo presentes num espaço tradicionalmente masculino, a política, e quais as dificuldades enfrentadas por elas. Na construção do texto, utilizamos como documentos: as atas da Câmara municipal e as entrevistas para nos ajudar a entender como se configurou a participação feminina na política. Junto a essa documentação, a bibliografia, atuou como a base de sustentação da construção do nosso trabalho. Assim trabalhamos na perspectiva da história cultural com a história das mulheres, de Rachel Soihet, memória, com Le Goff. No período estudado observamos um crescimento da participação feminina no espaço público e político se libertando das amarras culturais que as aprisionavam ao ambiente privado, observando que essa participação feminina na política é marcada com avanços, recuos e particularidades de algumas mulheres que se inseriram na vida pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres; Política; Espaço público e Espaço privado.

## **ABSTRACT**

This study seeks to analyze the female inclusion in ipiranguense policy in the period 1972-2008, with a view to understand how women were present in a traditionally male space, politics, and what the difficulties faced by them. In constructing the text, use as documents, the minutes of the City Council and interviews, to help us understand how to set up female participation in politics. Along with this documentation, the bibliography, served as the basis for support of the construction of our work. Therefore, we work in the perspective of cultural history with the history of women, of Rachel Soihet, memory, with Le Goff. During the study period, we observed an increase female participation in public and political space freeing cultural bonds that imprisoned the private environment, noting that female participation in a politics is marked by advances, retreats and peculiarities of some women who placed themselves in public life.

**Keywords:** Women; Policy; Public space; Private space.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 01:</b> As vereadoras e prefeita de Ipiranga do Piauí no período de 1973 a 2008 .....	15
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 O PODER NAS MÃOS DAS MULHERES: a participação feminina na política ipiranguense</b> .....	15
1.1 O ingresso feminino na vida política.....	16
1.2 A inserção feminina no legislativo de Ipiranga do Piauí .....	19
1.3 Avanços e recuos .....	30
<b>2 MULHERES EM AÇÃO: feminismo e ativismo político</b> .....	32
2.1 Considerações sobre os movimentos feministas .....	32
2.2 A ação na política .....	38
2.3 Entre o público e o privado .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS E FONTES</b> .....	58

## INTRODUÇÃO

A sociedade ocidental assistiu a uma clivagem na vida social que colocaria homens e mulheres em espaços distintos de atuação, onde reservaria para a mulher o espaço da vida privada e familiar em oposição ao espaço de atuação masculino, que era o da vida pública e política. No entanto, essa separação não foi aceita por todas as mulheres, pois muitas queriam direitos similares aos dos irmãos e maridos. Ainda nesse mesmo século, especificamente na Europa, elas começaram a se organizar e lutar por mais espaços de atuação, e em primeiro momento principalmente no âmbito político. Essas lutas só chegaram ao Brasil, mais tarde, no século XX trazida pela bióloga brasileira Berta Maria Júlia Lutz, que após sete anos de estudos na Europa voltou para o Brasil e deu início a luta pelo sufrágio brasileiro feminino, que só foi conquistado em 1934, porém antes disso, em 1927, no município de Lages no Rio Grande do Norte, Alzira Soriano foi eleita prefeita contando com o apoio de Berta Lutz e do governador do Estado Juvenal Lamartine.

No entanto, desde essa clivagem social as mulheres lutam e vem conquistando direitos como o sufrágio feminino de 1934, porém só em 1972, no município de Ipiranga do Piauí é que uma mulher, Maria do Carmo Fontes, se candidata ao legislativo dessa cidade.

Portanto, o presente trabalho monográfico busca conhecer os motivos que levaram as mulheres de Ipiranga a se inserir no mundo político, espaço de atuação tradicionalmente masculino, assim como também a atuação dessas durante seus mandatos. O trabalho terá como pontos norteadores as seguintes questões: quais as condições históricas que permitiram a participação feminina na política? Se elas tinham conhecimento dos movimentos feministas e se eles as influenciaram? Se a família influenciou nessa escolha de entrar para o mundo político? E quais as dificuldades enfrentadas por elas para conciliar a vida pública e privada? O recorte temporal escolhido para esse estudo privilegia os anos de 1972 a 2008, de forma que essa delimitação temporal é justificada porque é em 1972 que ocorre a primeira candidatura e inserção feminina na política de Ipiranga, ocorrendo nos anos seguintes uma ampliação da participação até chegar em 2008, ano em que, pela primeira vez, uma mulher assumiu o cargo de prefeita da referida cidade, percebendo ainda nesse período os avanços e recuos dessas mulheres na esfera política.

O estudo dessa temática se justifica ainda pelo interesse e afinidade pessoal da pesquisadora com a cidade e com as mulheres estudadas, assim como também pela ausência de trabalhos enfocando essa temática, destacando ainda sua relevância na vida social, por mostrar que, assim como os homens, as mulheres também estão aptas para atuarem na esfera

pública e política da sociedade no intuito de minimizar os preconceitos existentes. Além disso, o trabalho terá o papel de guardião de parte da memória histórica de Ipiranga. E no âmbito acadêmico, por dar uma nova reflexão aos estudos sobre a história das mulheres, essas que nesse contexto estão relacionadas ao mundo político.

Para a concretização deste trabalho realizamos um estudo no qual entrevistamos algumas vereadoras, assim como também pessoas que conviviam no ambiente político. Foram entrevistadas oito pessoas, entre as quais sete se constituem como sujeitos do nosso estudo, as vereadoras de Ipiranga entre os anos de 1972 a 2008, e uma como membro e representante da sociedade tradicional e política de Ipiranga. Seus nomes estão citados a seguir em ordem alfabética: Hosana Nogueira de Brito Mendes, Iolanda dos Santos Vieira Rêgo, Jadey Carvalho Rufino, Lucas Cortez Rufino, Maria do Carmo Fontes, Maria Dapaz Santos Antunes, Maria Dolores Pinheiro da Silva, Maria Helenita Rufino Leal. Utilizaremos como fonte principal do nosso trabalho essas entrevistas, por ausência de fontes materiais escritas, que até existiam, mas não foram conservadas pela Câmara Municipal.

Sendo assim, para a realização deste trabalho, utilizamos como metodologia de construção histórica, a história oral, como forma de construir nossas fontes e, assim, entender e analisar a história da participação feminina na política de Ipiranga, pois compreendemos que a memória é “[...] um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”<sup>1</sup>, já que através delas podemos fazer uma construção do passado.

Utilizamos a história oral, pois concordamos com Lucília de Almeida Neves Delgado de que esta é “[...] um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, espaciais, conflituosas, consensuais”<sup>2</sup>. Onde a história oral se constitui como uma oportunidade para a produção do conhecimento histórico que se dá pela construção de fontes e documentos que:

Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003, p. 419.

<sup>2</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 15.

documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades.<sup>3</sup>

Onde o historiador pode a partir de então construir uma história, percebendo que por meio das lembranças dos entrevistados temos um diálogo entre o passado e o presente.

Foram também realizadas pesquisas nos livros ata da Câmara Municipal de Ipiranga, que confirmam a atuação das nossas vereadoras e nos sites do TRE – PI, para analisar a quantidade de votos recebidos por elas.

Baseamo-nos ainda na dissertação de mestrado *A política de salto*<sup>4</sup> de Nalva Rodrigues para estruturar nosso trabalho, também no trabalho de Rachel Soihet *História das Mulheres*<sup>5</sup> na perspectiva da história cultural preocupada com as identidades coletivas de uma variedade de grupos sociais, em meio aos quais as mulheres são levadas à condição de objeto e sujeito da história.

Como referências bibliográficas, foram essenciais os textos Mary Del Priore *História do cotidiano e da vida privada*<sup>6</sup> para entender como se deu a clivagem do século XVIII que colocaria homens e mulheres em espaços de atuação distintos, reservando aos homens o espaço público e às mulheres o espaço privado. A obra de Michelle Perrot *Os excluídos da história*<sup>7</sup> que analisa o poder das mulheres nas sociedades ocidentais nos séculos XIX e XX, assim como também sua exclusão, na separação dos seus espaços de atuação restritos à esfera da vida privada.

Utilizamos também o livro *Uma história do feminismo no Brasil*<sup>8</sup> de Céli Pinto, para compreendermos como o feminismo ajudou as mulheres a ganhar direitos políticos e a participar da política no Brasil. Faz-se necessário destacar que o feminismo não se enquadra como objetivo de estudo desse trabalho. Analisamos ainda a obra de Aarão Reis *Ditadura*

<sup>3</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 16.

<sup>4</sup> SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina 2008.

<sup>5</sup> SOIHET, Rachel. *História das mulheres*. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

<sup>6</sup> DEL PRIORE, Mary. *História do cotidiano e da vida privada*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

<sup>7</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>8</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

*militar, esquerda e sociedade*<sup>9</sup>. Para entendermos o contexto histórico em que foi eleita a primeira vereadora mulher de Ipiranga, o trabalho de Joan Scott *Gênero*: “uma categoria útil de análise histórica”<sup>10</sup>. Para perceber como se construiu histórica e socialmente a separação dos papéis de homens e mulheres na sociedade, entre outros trabalhos não menos importantes que nos ajudaram a contar a história da participação feminina na política de Ipiranga.

Nosso trabalho está dividido em dois capítulos: no primeiro analisamos a separação dos espaços de atuação de homens e mulheres na sociedade ocidental, a luta das mulheres através de movimentos organizados como o feminismo e o movimento de mulheres em busca de uma maior participação social e de melhores condições de vida e como e porque se deu a inserção e participação das mulheres na política de Ipiranga, apresentando cada uma das mulheres que atuaram no período de 1972 a 2008, assim como também as mudanças políticas ocorridas no mesmo período.

No segundo capítulo buscamos compreender como essas mulheres se organizavam nos movimentos a partir das ideologias pelas quais lutavam, quais foram os mandatos das vereadoras e da prefeita de Ipiranga, quais suas ações e feitos, assim como também quais as dificuldades para conciliar a vida pública e privada. Entendendo que a exclusão da mulher da vida pública, sofrida por elas durante muito tempo, e os preconceitos, foram: cultural, social e historicamente construídos.

---

<sup>9</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 2005.

<sup>10</sup> SCOTT, Joan. *Gênero*: “Uma categoria útil de análise histórica” Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS;1990.

## 1 O PODER NAS MÃOS DAS MULHERES: a participação feminina na política ipiranguense

**Figura 1:** As vereadoras e prefeita de Ipiranga do Piauí no período de 1973 a 2008.



**Fonte:** Acervo da Câmara Municipal de Ipiranga do Piauí - PI

### 1.1 O ingresso feminino na vida política

A sociedade ocidental assistiu a uma separação bilateral da vida social, que é representada por um lado pela vida privada e familiar em oposição à vida pública. Nesse contexto as mulheres passaram muito tempo sem jamais se imaginarem fazendo parte da vida pública e política dessa sociedade, pensamento que só vai começar a mudar a partir do início do século XX, pois elas tinham seu espaço de atuação restrito à esfera da casa e da vida privada, sendo elas destinadas ao casamento, tendo como atividade primordial “cuidar da casa e de serem por natureza mãe”, e tendo a família como ponto central de suas vidas.

Embora circule pelas ruas, por conta de obrigações sociais e domésticas, atividades culturais e beneméritas, o lar é seu espaço privilegiado e a domesticidade, sua razão de viver. Satisfeita ou submissa à sua condição, não procura mudá-la mesmo porque sabe que os espaços e o mundo da política são apanágio apenas dos homens.<sup>11</sup>

Para a mulher, foi reservado o ambiente da casa, a função de cuidar do marido e dos filhos e por muito tempo ela aceitou a sua condição de submissão, não tentando subverter a ordem imposta pela sociedade, que assim como destinou a ela a esfera da casa reservou exclusivamente para o homem o espaço público e a política, espaços considerados inadequados para elas.

“as mulheres não podem ocupar cargos públicos”. Hegel fala da “vocação natural” dos dois sexos. “O homem tem sua vida real e substancial no Estado, na ciência ou em qualquer outra atividade do mesmo tipo. Digamos, de modo geral, no combate e no trabalho que o opõem ao mundo exterior e a si mesmo.” A mulher pelo contrário, é feita para a piedade e o interior. “Se colocam mulheres à frente do governo, o Estado se encontra em perigo. Pois elas não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus pensamentos.”<sup>12</sup>

Mesmo estando para elas destinado o espaço da casa e para eles o espaço público, da política, seguindo uma divisão cultural dos sexos, onde a mulher se destina à natureza e o homem à cultura, elas vão em busca de subverter esses padrões impostos pela sociedade tentando e conseguindo romper os limites do proibido, se inserindo em lugares e espaços

<sup>11</sup>PINSKY, Carla BASSANEZI. A era dos modelos rígidos. In.: \_\_\_\_\_; Pedro Joama Maria (org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 472.

<sup>12</sup> MICHAUD Apud PERROT. Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 178.

considerados inadequados para elas como os lugares públicos e os espaços de atuação política, vão em busca de um lugar ao sol, um lugar onde se vejam reconhecidas enquanto cidadãs possuidoras de direitos assim como são possuidoras de deveres.

Os primeiros passos para o ingresso feminino na vida política se deu com o movimento sufragista iniciado na Europa no século XVIII, quando as mulheres começaram, mesmo que em instâncias individuais ou em pequenos grupos, a lutar pelo reconhecimento de seus direitos políticos de votar e ser votada, na Europa, esse movimento se espalhou para o resto do mundo, nos Estados Unidos Elizabeth Cady Staton, junto a outras mulheres conseguiu organizar, “em 1848, a primeira convenção dos direitos das mulheres, realizada em Nova York. O encontro atraiu pouco mais de 300 pessoas e hoje é lembrado como marco inicial do movimento sufragista americano”.<sup>13</sup> Começando assim os primeiros grupos de organização efetiva que lutariam pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos.

A primeira guerra mundial entre 1914 e 1918, foi um momento importante para os objetivos sufragistas, pois com a saída dos homens dos seus trabalhos para a guerra, as mulheres eram lançadas ao mercado de trabalho, ocupando posições privilegiadas antes só ocupadas pelos homens e ao fim do conflito estas não aceitaram voltar a sua antiga posição de submissão. As mulheres e suas lutas estavam ganhando cada vez mais força e espaço. E é apenas nesse século XX, que o movimento sufragista chegava com força ao Brasil, trazido pela bióloga Bertha Lutz, que retornava de uma temporada de estudo em Paris, de onde trouxe os ideais sufragistas e não demorou a colocá-los em prática por aqui. Antes disso, o assunto já havia sido discutido na elaboração da constituição republicana de 1891, onde alguns deputados propuseram o direito de voto às mulheres que possuíssem curso superior e não se encontrassem sob a custódia do pai.

Segundo Céli Jardim Pinto<sup>14</sup>, a questão do direito ao voto para as mulheres tinha atualidade e foi discutida na constituinte republicana de 1891, tendo como defensores figuras tão ilustres como os posteriores presidentes da República Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca. Mesmo tendo defensores de importante renome para o período o voto feminino não é aprovado pela Constituição de 1891.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> SGARIONI, Mariana. Grandes momentos. **Aventuras na História**, São Paulo, out. 2004, p. 53.

<sup>14</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 15.

<sup>15</sup> BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso: 23 jan. 2014. às 10:53.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891)

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

- 1º) os mendigos;
- 2º) os analfabetos;
- 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
- 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

A constituição de 1891 não faz referências às mulheres quando cita as pessoas que não podem votar, nem serem votadas, deixando estas excluídas da constituição, segundo Michelle Perrot<sup>16</sup>, Há o caso em que a exclusão das mulheres do poder político ocorre pura e simplesmente; há outros em que essa exclusão vem acompanhada por justificativas ou compensações, e outros ainda onde ela se dá em graus variados. No caso da constituição de 1891 a mulher não foi citada, não por um mero esquecimento, mas porque para os constituintes a mulher não existia enquanto sujeito possuidor de direitos. Em 1909 o Brasil vivera a sua primeira campanha eleitoral para presidente da República, inconformadas com a não aprovação do voto feminino, algumas mulheres como Leolinda Daltro e Gilka Machado reunidas em 1910 fundarão o Partido Republicano Feminino, mesmo sendo elas indivíduos que não tinham direitos políticos. Essas mulheres não defendiam apenas direitos políticos, mas lutavam também por um espaço no mercado de trabalho e pelo fim da exploração sexual, antecipando a luta feminista da segunda metade do século XX.

O partido desapareceu nos últimos anos da década de 1910, período em que Bertha Lutz, moça de abastada condição social, volta para o Brasil e junto com Maria Lacerda de Moura e outras feministas começa a organizar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) uma organização em defesa dos direitos políticos da mulher no período. Mesmo com toda essa luta o direito de voto das mulheres, o sufrágio feminino, só foi conquistado no Brasil em 1927, primeiramente no Rio Grande do Norte, onde o governador Juvenal Lamartine concedeu o direito de voto às mulheres desse Estado, pois foi apoiado na sua campanha pela feminista Bertha Lutz, fato que impulsionou o presidente Getúlio Vargas a aprovar o decreto de lei de 1932, garantindo o direito de voto às mulheres do país, pelas americanas em 1920, pelas inglesas em 1928 e recentemente pelas suíças em 1971.

<sup>16</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 173.

É justamente na década de 70 que as lutas feministas vão ressurgir com grande força, ampliando o movimento, o número de participantes e as questões pelas quais lutavam. Nesse momento o feminismo deixava de lutar apenas por direitos políticos e passava a dar mais atenção às questões sociais. Surgiram, então, inúmeras correntes do movimento onde cada uma lutava por questões específicas, como, direitos trabalhistas, pela igualdade dos sexos, equiparação de salários, entre outras coisas, tanto nos Estados Unidos como na Europa e no Brasil, que viviam contextos bem específicos. Os Estados Unidos vivia um período pós-guerra das Coreias e do Vietnã, onde o capitalismo trazia promessas de grande prosperidade econômica, a Europa assistia à queda de Stalin do poder e o Brasil vivia a Ditadura Militar (1964 – 1984), nos seus anos de maior terror, regidos pelo governo de Médici, que durou de 1969 – 1973. “Os anos 70, considerados e aperreados como *anos de chumbo*, tendem a ficar pesados como o metal da metáfora, carregando para as profundas do esquecimento a memória nacional. Eles precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro”,<sup>17</sup> anos de chumbo por causa da grande repressão a qual o país estava sendo submetido como, proibição de greve e censura aos meios de comunicação e anos de ouro por causa da ascensão econômica que o país vivia em alguns setores como, na indústria automobilística e de eletrônicos.

Os anos setenta também precisam ser revisitados porque é nesse período que pela primeira vez uma mulher se elege para o legislativo de Ipiranga do Piauí. Durante o regime da ditadura militar, foi extinto o pluripartidarismo e sob o seu arbítrio para as eleições de 1966 criaram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) instaurando no país um sistema de bipartidarismo, que só vai começar a mudar a partir de 1980, com o processo de reabertura política do Brasil.

## 1.2 A inserção feminina no legislativo de Ipiranga do Piauí

É durante os movimentos dos anos 70 e sob os progressos e arbitrariedades do Regime Militar, que teve início, em 1964, e se prolongou até 1984, configurando-se como a trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência do campo identificado como linha dura que perseguia e torturava, assim como também mantinha uma censura sobre a imprensa e outra sobre as diversões públicas, sendo esta última vista como defensor da moral e dos bons costumes, que na cidade de Ipiranga do Piauí, uma mulher se candidata pela primeira vez para ocupar uma cadeira no legislativo e entrar para a vida política desta cidade.

---

<sup>17</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 2005. p. 61.

É em Ipiranga que Maria do Carmo Fontes se candidata e é eleita pela primeira vez no ano de 1972 para legislar no período de 1973 – 1976, com 196 votos<sup>18</sup>, superando um dos seus concorrentes, João Mendes Pereira eleito com 182 votos<sup>19</sup>. Uma surpresa para o período, por ser a primeira vez que a cidade tem uma candidata mulher e esta ainda ter tirado mais votos que um homem. Quando foi eleita pela primeira vez ela tinha 28 anos de idade, era solteira e estudante. Quando interrogada por que entrou para a vida pública, para a política, se tinha algum conhecimento ou contato com movimentos feministas ou associações em prol dos direitos das mulheres, e se eles influenciaram na decisão de entrar na política? Ela respondeu que “não, nesse tempo não”.<sup>20</sup> Que não tinha contato, nem conhecimento dos movimentos feministas, o que era realmente pouco provável se levarmos em consideração a realidade a qual ela estava inserida.

Natural de Ipiranga do Piauí, cidade que até 1962 era município da cidade de Oeiras. E só se emancipou politicamente em 15 de dezembro de 1962, por iniciativa de um filho da terra, Joel Borges, que nessa época era vereador em Oeiras. Em 1972, ano em que Carmem Fontes (Carminha) como é popularmente conhecida se candidata pela primeira vez, o Ipiranga contava com dez anos de emancipação política e ainda era uma cidade pequena, a qual chegavam poucas informações sobre o que se passava pelo mundo, com pouco conhecimento sobre os movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas, que nesse período como já foi abordado vivia um revigoramento nos Estados Unidos e no Brasil aonde começavam a se formar os primeiros grupos feministas nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Então como podemos constatar Carminha não entrou para o mundo político influenciada pelos movimentos feministas, como fizeram algumas das mulheres que entraram para a política assim que o sufrágio feminino foi aprovado em 1932 como, Bertha Lutz, que tentou sem sucesso se eleger para a constituinte de 1934, mas ficou como suplente e em 1936 assumiu a cadeira de um deputado que havia falecido, mas que Carminha entrou para a vida política influenciada pela família.

Fato que podemos comprovar quando a questionamos por que ela entrou no mundo político e se foi influenciada por alguém, algum parente. E ela respondeu que foi “Influenciada por um tio, ele era prefeito, então encontrou esta vaga, convidou então e eu

---

<sup>18</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. *Resultado da Eleição do 1º turno, 1972*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso 18 Jun, 2014. às 10:36.

<sup>19</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. *Resultado da Eleição do 1º turno, 1972*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso 18 Jun, 2014. às 10:40.

<sup>20</sup> FONTES, Maria do Carmo. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

aceitei”.<sup>21</sup> O referido tio era João de Deus Sousa, que tinha sido prefeito da cidade de Ipiranga - PI no período de 1971 – 1972, tendo como vice Joaquim Mendes Primo. Para compreendermos melhor a participação eleitoral nessa década, faz-se necessário mencionar um fato particular da década de 1970, ocasionado por conta da situação política, que é a realização de três eleições municipais, nos anos de 1970, 1972 e 1976, um total superior às décadas seguintes. “Vale ressaltar que, no ano de 1970, as eleições municipais e estaduais aconteceram apenas nos estados de Minas Gerais, Piauí, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Acre, Bahia e Sergipe”.<sup>22</sup> Entendendo assim porque João de Deus só foi prefeito no período 1971 – 1972, tendo sido eleito em 1970.

Maria do Carmo Fontes, além de ter parentesco com o ex-prefeito do respectivo período João de Deus Sousa, como já foi citado, tinha laços familiares com outros vereadores como Joaquim Francisco Fontes vereador no período de 1963 – 1967 e Antônio Fontes de Sousa. Como ela mesma citou entrou para a política influenciada por parentes, nesse contexto, segundo Nalva Rodrigues<sup>23</sup>, a presença feminina era praticamente inexistente, exceto se a mulher já fizesse parte de ambiente familiar político. O que pode ser constatado em Carminha, que pertencia a uma família de políticos. Nesse mesmo sentido Ricardo Arraes destaca que deste modo, “o poder político dos ‘clãs’ familiares é um instrumento relevante no recrutamento da elite política e nos resultados eleitorais, em níveis local ou estadual”.<sup>24</sup> Carminha se inseriu na política local por já contar com um reconhecimento social que lhe era proporcionado pelo fato desta pertencer a uma elite política do Ipiranga.

O Ipiranga assim como todas as cidades do Brasil, convivia sob as leis do regime militar e num comum regime bipartidário no qual coexistiam dois partidos políticos, a ARENA e o MDB. No Ipiranga, no entanto, os dois partidos eram da ARENA, sendo ARENA 1 e ARENA 2, o que os diferenciavam era que a ARENA 1 era partido da situação e a ARENA 2 partido da oposição. Carminha se elegeu pela ARENA 1, o que não é difícil de se constatar se levarmos em conta o seu depoimento, no qual ela afirma ter entrado para a

---

<sup>21</sup> FONTES, Maria do Carmo. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>22</sup> SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina 2008. p. 26.

<sup>23</sup> SOUSA, op. cit., p. 24.

<sup>24</sup> ARRAES, Ricardo. *Elites políticas e oligarquias no Piauí: 1982-1994*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UNICAMP, São Paulo, 1999. p. 77.

política por indicação do seu tio João de Deus Sousa, que era o prefeito do pleito que estava se encerrando, no caso da situação, ARENA 1, partido pelo qual ela se elegeu.

Ipiranga – PI, cidade que se emancipou politicamente em 1962 e teve como primeiro prefeito eleito de forma indireta “o Sr. Luiz de Moura Rabelo, nomeado pelo então governador do estado àquela época, Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, com mandato até à posse de seu substituto legal, Sr. Joel Borges, eleito no sufrágio eleitoral realizado em 7 de outubro de 1962”.<sup>25</sup> Passaram-se dez anos da emancipação política da cidade e quarenta anos da conquista do sufrágio feminino para que uma mulher se inserisse na vida política de Ipiranga, ocupando uma cadeira no legislativo. Durante seu mandato, que foi de 1973 – 1976, após cumpri-lo ela sai da vida política, marcando assim um recuo da participação feminina na política ipiranguense, pois ela não tenta reeleição e a cidade só voltará a contar com a efetiva presença feminina na política dezessete anos depois, em 1993, com a eleição de Maria Dapaz Santos Antunes.

A década de noventa, na qual a mulher volta a participar da vida política de Ipiranga assumindo cargos no legislativo, assim como a década de setenta, também teve anos movimentados. Em fins da década de oitenta e início da década de noventa tem-se fim o regime militar e o país passa por uma redemocratização e volta ao pluripartidarismo, período no qual também se escolhe o presidencialismo como sistema de governo do Brasil. É em meio a esse contexto que em 1992, Maria Dapaz Santos Antunes se candidata a vereadora pelo PDC (Partido Democrático Cristão) e sai eleita com 201 votos<sup>26</sup>, sendo a sétima mais votada deixando dois vereadores para traz, para legislar no período de 1993 a 1996.

Antes de 1993, Maria Dapaz, já tinha se candidatado a vereadora no pleito de 1988, no qual foi eleito para prefeito da cidade o Sr. Vicente de Moura Rabelo e para vice o Sr. Vicente Rufino Cortez, no qual ela menciona ter conseguido um elevado número de votos, não conseguindo se eleger, por que não teve sua candidatura devidamente registrada como, ela mesma menciona.

Fui candidata pela primeira vez no período que votava ainda naquelas chapinha de papel e como eu tava, eu sempre trabalhei na saúde, eu tava fazendo um parto não pude registrar, nesse período era em Oeiras que abria as urnas, e aí pra registrar as candidaturas eu não pude ir, que eu tava fazendo um parto, e quando lá não registraram meu apelido Dapaz, e eu tive

---

<sup>25</sup>CAMINHA, João Borges. *Ipiranga do Piauí: Recordações da cidade e do campo: Terra de Brejos e Buritizais*. Teresina: Gráfica do povo. EDUFPI, 2009. p. 37.

<sup>26</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. *Resultado da Eleição do 1º turno, 1992*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>>. Acesso 18 Jun, 2014. às 10:53.

uma votação imensa com o nome Dapaz, por conta disso houve um problema que partiu pra Teresina, entre eu e outro colega candidato, como eu não fui eu perdi, por conta disso, lá eu tinha a maioria dos votos com o nome, meu apelido Dapaz ai eu perdi, correu a revelia eu não tava presente.<sup>27</sup>

Maria Dapaz Santos Antunes, (Dapaz) como ela mesma destaca ser mais conhecida, foi candidata pela primeira vez em 1988, eleição na qual recebeu muitos votos, mas que não foi eleita por não ter tido sua candidatura devidamente registrada por ela mesma, pois na ocasião estava impedida de ir a Oeiras, cidade na qual registrava as candidaturas de Ipiranga, por que estava fazendo um parto, ela era técnica em enfermagem, atividade que ainda hoje desempenha.

Dapaz, quando interrogada por que resolveu entrar para o mundo político, se influenciada por parentes, que fizessem parte desse ambiente, se motivada pelos movimentos feministas, ela informa que não foi influenciada por parentes ligados a política e nem pelos movimentos, foi de livre e espontânea vontade, mas que de certa forma foi influenciada por seu marido.

De livre e espontânea vontade, no período assim houve uma pequena influencia do meu marido, ele era bêbedo, gostava de tá em pé de balcão e ai faziam comentários e o povo devido meu trabalho aqui na cidade, por que eu sempre tive um trabalho aqui, é com a comunidade, na saúde é eu fui a primeira pessoa que trabalhou na saúde do Ipiranga, naquele período era como atendente de enfermagem, depois auxiliar de enfermagem, hoje técnica de enfermagem eu ainda hoje continuo. Então devido meu trabalho isso ai influenciou muito o próprio povo mesmo que pedia que eu fosse candidata é tanto que eu cheguei a ser eleita em segundo lugar aqui no mandato.<sup>28</sup>

Através do depoimento de Maria Dapaz, podemos perceber que diferentemente de Carminha, esta não provinha de uma família ligada à política e que também não conhecia os movimentos feministas que influenciava as mulheres a fazerem parte dos espaços de atuação pública em busca de reconhecimento e de igualdade de direitos enquanto cidadãs, mas ela concede os méritos de ter entrado para a política a sua profissão, de auxiliar de enfermagem que fez com que o povo pedisse sua candidatura por reconhecer o trabalho que ela desenvolvia na comunidade.

---

<sup>27</sup> ANTUNES, Maria Dapaz Santos. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>28</sup> ANTUNES, Maria Dapaz Santos. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

Eleita pela primeira vez para o pleito de 1993 – 1996, para o qual foi eleito como prefeito e vice-prefeito respectivamente José dos Santos Rêgo e Francisco Mario Mendes, ela ainda foi eleita para a legislatura de 1997 – 2000, período que a cidade teve como administrador o Sr. Francisco Mário Mendes e como vice o Sr. Vicente de Moura Rabelo e assumiu por mais duas vezes como suplente. No primeiro pleito ela é a única vereadora mulher entre os nove membros que constituíam o legislativo da cidade. A partir do pleito de 1993 – 1996 todos os outros contaram com a participação feminina, no pleito seguinte de 1997 a 2000 Dapaz já dividia o espaço, não só com homens, mas também, com outra mulher eleita para o referido pleito.

Dapaz passou a dividir o espaço e o poder legislativo com Iolanda dos Santos Vieira Rêgo, professora com nível superior e casada, que se lançou como candidata pela primeira vez no ano de 1996, pelo PPB (Partido Progressista Brasileiro) sendo eleita vereadora para a legislatura de 1997 – 2000, quando ainda se assinava como Iolanda dos Santos Vieira Filho.

Assim como Maria do Carmo Fontes, Iolanda diz ter entrado para a vida política pela influencia da família “talvez pela convivência com a minha prima Lourdes Moura e com a família do meu esposo”.<sup>29</sup> destacando na família do esposo o seu sogro Claro Rêgo. Quando questionada quais as dificuldades de se inserir no mundo político ela destaca “primeiro não ser de família com tradição política, poder econômico e ser mulher”.<sup>30</sup>, ou seja, Iolanda destaca ter entrado para a política por influência da família, mas não da sua família de origem, a qual ela menciona ser uma família que não possui tradição na política e que também não conta com poder econômico, mas a do seu esposo, família tradicionalmente ligada ao ambiente político desde a emancipação política da referida cidade. Família da qual também faz parte o já citado José Santos Rêgo, que foi prefeito da cidade nos mandatos 1983 – 1988, 1993 – 1996, 2001 - 2004 sendo eleito ainda mais uma vez para o pleito de 2013 - 2016. Quando Iolanda menciona a influência de sua prima Lourdes Moura, é por que esta fazia parte do ambiente familiar político, por ser casada com o ex-prefeito Vicente de Moura Rabelo (1989-1992).

Iolanda vai se reeleger a vereadora pelo PFL (Partido da Frente Liberal) para o pleito seguinte de 2001 – 2004, onde no biênio de 2001 e 2002 ela presidiu a Câmara dos Vereadores, primeira vez que uma mulher ocupa esse espaço no legislativo, se elege como

---

<sup>29</sup> RÊGO, Iolanda dos Santos Vieira. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, jan, 2014.

<sup>30</sup> RÊGO, Iolanda dos Santos Vieira. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, jan, 2014.

vice-prefeita do prefeito Waldson Antônio Neiva de Moura Santos para o período de 2005 – 2008, e ainda em 2008 assumiu como prefeita.

Por motivo de falecimento, em abril de 2008, do Sr. Waldson Antônio Neiva de Moura Santos, prefeito municipal, assumiu, automaticamente, o cargo a vice-prefeita, a Sra. Iolanda dos Santos Vieira Rêgo. E, finalmente, eleitos e empossados para prefeito e vice-prefeito, respectivamente Iolanda dos Santos Vieira Rêgo e José Clementino da Silva, (“Zeca do Bar”) para o quadriênio que vai de 2009 a 2012.<sup>31</sup>

Iolanda construiu na política uma carreira ascendente, se elegendendo vereadora por duas vezes consecutivas, em seguida ascendeu ao posto de vice-prefeita e por “acaso do destino” ao cargo de prefeita em consequência do falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva de Moura Santos. E em seguida provou que não só por “acaso do destino” se tornou prefeita, mas por demonstrar competência e conquistar a confiança do povo desta cidade para assumir o cargo, pois nas eleições de 2008 foi eleita prefeita para o pleito de 2009 a 2012 tendo como vice José Clementino da Silva. Vale ressaltar, que a eleição para prefeito em 2008 foi disputada por duas mulheres, a já mencionada prefeita Iolanda e a ex - primeira dama, a viúva do Sr. Waldson Antônio, a Sra. Sônia Uchôa, primeira vez que a administração dessa cidade é disputada por duas mulheres.

Para compor o legislativo de 2001 a 2004 foram eleitos dez vereadores dos quais três eram mulheres, sendo elas a já citada Iolanda, Maria Dolores Pinheiro da Silva e Maria Helenita Rufino Leal Sousa. Ambas já conviviam no meio da comunidade, pois eram profissionais da educação e viam a profissão como um elemento que lhes proporcionavam reconhecimento e vantagens na disputa política. Maria Dolores Pinheiro da Silva foi eleita pela primeira vez pelo PFL (Partido da Frente Liberal), com 313 votos<sup>32</sup>.

Dolores é proveniente de uma família ligada ao meio político, tendo entrado para esse mundo por causa do seu irmão que era vereador da cidade, como ela mesma nos afirma quando questionada se entrou na política influenciada por alguém e quem era. “Sim, o meu irmão Luiz Pinheiro Ramos que foi vereador. E a gente achava muito bonito seu trabalho, ele faleceu, e aí eu retomei de acordo com a família pra desengavetar os seus projetos”.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> CAMINHA, João Borges. *Ipiranga do Piauí: Recordações da cidade e do campo: Terra de Brejos e Buritizais*. Teresina: Gráfica do povo. EDUFPI, 2009. p. 36.

<sup>32</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. *Resultado da Eleição do 1º turno, 2000*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso 18 Jun, 2014. às 11:03.

<sup>33</sup> SILVA, Maria Dolores Pinheiro da. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2014.

Percebemos através da entrevista concedida por Dolores, que ela se insere ao meio político por consequência da morte do seu irmão, pois segundo a entrevistada para dar continuidade aos projetos políticos dele, mas constatamos também que ela entra para manter sua família ligada a política, no entanto ela menciona ter encontrado dificuldades para se inserir no meio político por causa do seu marido e da família dele, que também fazia parte da política local.

Quando o irmão do meu marido veio morar aqui, que ele não era filho daqui do Ipiranga, e quando chegou aqui ele se colocou no partido adversário (ao do irmão) e tive que me dividir com meu marido ele fica lá com o irmão dele e eu aqui com o meu, como eu falei em perguntas passadas que eu entrei por causa do meu irmão, daí eu fiquei impedida de buscar de ir pro meio político de ajudar meu irmão é, eu podia simplesmente votar e ainda era calada, isso foi uma dificuldade muito grande então eu nem me interessava muito pelo político nem pelo assunto ficava mais era retraída não acompanhava muito os movimentos, foi a maior dificuldade que eu tive na vida pra ter pelo menos conhecimento do que é política. O irmão do meu marido era o famoso “Zeca do Bar” risos.<sup>34</sup>

Percebemos no seu depoimento que quando ela se refere à inserção na política, está se referindo a períodos anteriores a sua candidatura, ela se refere ao tempo em que seu irmão era vivo e ela queria ajuda-lo a se eleger, mas que ficou impedida de ajudá-lo por causa da campanha de seu cunhado “Zeca do Bar”, já mencionado na função de vice-prefeito da prefeita Iolanda Rêgo, que para não ter discórdia com seu marido o máximo que ela podia fazer era votar e “calada”, como ela destaca, e que por causa disso não se interessava pela política. Nesse ponto percebemos que mesmo após tantas lutas e conquistas, com a mulher já participando da vida social das cidades, muitas vezes elas ainda se encontra submissa às decisões do marido, guardando seus anseios e desejos.

Dolores, movida pela vontade de participar da política coloca sua vontade a frente da questão familiar e em decorrência da morte de seu irmão, ela se candidata a vereadora no ano de 2000 conseguindo se eleger. Dolores diz não ter encontrado dificuldade para se eleger o que pode ser comprovado pela quantidade de votos que recebeu, “da primeira vez eu já levei a eleição, tinha passado um bom período afastada aqui do Ipiranga, tinha passado uns seis anos fora daqui, mas o pessoal não tinha me esquecido e me conheciam por isso não foi tão difícil”.<sup>35</sup> ela atribui o fato de ter sido eleita vereadora, a ser conhecida na cidade, e a não ter

---

<sup>34</sup> SILVA, Maria Dolores Pinheiro da. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2014.

<sup>35</sup> SILVA, Maria Dolores Pinheiro da. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2014.

sido esquecida, mesmo tendo passado um período morando fora, por conta da sua profissão de professora e de participar indiretamente de movimentos sociais. Dolores ainda se elegeu mais duas vezes, uma para o pleito de 2005 a 2008 ainda pelo PFL e outra para a legislatura de 2013 a 2016 pelo PSDB.

Para a mesma legislatura que Dolores foi eleita pela primeira vez de 2001 a 2004, como já fiz referência, elegeu-se também Maria Helenita Rufino Leal de Sousa pelo PC do B, com um total de 282 votos.<sup>36</sup> Em sua entrevista Helenita informa que é filiada ao PC do B e o porquê de ser membro desse partido.

É, filiada ao PC do B, Partido Comunista do Brasil. É por conta do partido que eu comungava ou gostava da proposta do partido né, uma proposta progressista inovadora de participação inclusive das mulheres na política e é por essa, por esse entendimento e também por amigos também que militavam no partido.<sup>37</sup>

Ela destaca ter se filiado ao PC do B por este ter uma proposta progressista e de inclusão da participação da mulher na política, e ainda por ter amigos que militavam nesse partido. Segundo Nalva Rodrigues<sup>38</sup>, sendo a política um espaço ainda pouco ocupado por mulheres, a presença de alguns pares políticos, normalmente homens, ocorria, por fazerem parte do mesmo partido político, por amizade ou por representar o governo naquele momento. Entendemos então que o apoio dos amigos políticos nutria em algumas mulheres a participação e o continuísmo na esfera política.

Helenita menciona também ter entrado para a vida política, por vontade própria de participar da vida social de sua cidade, não sendo influenciada por parentes nem por movimentos feministas. Ela se elegeu para participar do legislativo de 2001 a 2004, se reelegendo ainda por mais duas vezes para os pleitos de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012, nesse último foi eleita presidente da Câmara de Vereadores. Ela considera ter entrado para a política por desenvolver atividades que a ligavam à sociedade, o que pode ser percebido na sua resposta quando perguntamos a ela se antes de entrar para a política ela tinha alguma

---

<sup>36</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. *Resultado da Eleição do 1º turno, 1973*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>>. Acesso 18 Jun, 2014. às 11:15.

<sup>37</sup> SOUSA, Maria Helenita Rufino Leal. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>38</sup> SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina 2008. p. 47.

profissão ou participava de algum movimento de ação social e se ela achava que isso influenciou na sua vida política e ela responde que sim.

Sim, antes de entrar eu já era professora, bem antes, num é! Eu já era professora, militante no movimento de professores, no sindicato de professores. Assim, de certa forma porque os movimentos eles influenciam porque orientam, discutem as questões. É importante eu acho que de certa forma os movimentos eles influenciam também e me influenciaram.<sup>39</sup>

Atribui não só ao fato de desempenhar o papel de professora na comunidade, mas também a sua participação no sindicato de professores, ressaltando que participar desses movimentos orienta e discutem as questões, ou seja, que esses movimentos direcionam quem participa deles a uma vivência política.

Junto a Dolores e a Helenita, no pleito de 2005 a 2008, atuaram também Hosana Nogueira de Brito Mendes e Jadey Carvalho Rufino. Hosana Mendes foi eleita pelo PSDB, (Partido Social Democrático Brasileiro), com 158,<sup>40</sup> sendo eleita por média, ao contrário das outras vereadoras não é ipiranguense, mas natural da cidade vizinha, Inhumas do Piauí.

Hosana, assim como a maioria das vereadoras de Ipiranga, informa ter entrado para a política influenciada por sua família, no caso, seu marido o Sr. Francisco Mario Mendes, que já tinha atuado na política de Ipiranga primeiramente como vice-prefeito no pleito de 1993 a 1996 e como prefeito no pleito seguinte de 1997 a 2000, tendo como vice o ex-prefeito Vicente de Moura Rabelo. Hosana fazia parte de uma família de reconhecimento político na cidade e era bem conhecida por já ter sido primeira-dama da mesma.

Segundo Iraildes Caldas Torres,<sup>41</sup> as primeiras-damas são mulheres pertencentes à classe dominante que desenvolvem atividades assistencialistas junto aos segmentos subalternizados, as quais podem ter a finalidade de construir bases de sustentação política ao poder local. Ou seja, a eleição de Hosana para vereadora, pode ter se dado em decorrência das atividades desenvolvidas por ela no período, em que foi primeira-dama da cidade, atividades estas que podem ter lhe proporcionado um reconhecimento social. Na sua entrevista, no entanto, ela não faz referência a esse período, mas acreditamos que seu reconhecimento junto

---

<sup>39</sup> SOUSA, Maria Helenita Rufino Leal. Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>40</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. *Resultado da Eleição do 1º turno, 2004*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso 18 Jun, 2014. às 11:23.

<sup>41</sup> TORRES. Iraildes. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez. 2002. p. 21.

à população ipiranguense tenha se dado nesse período, já que ela não é filha da terra e que por conta desse suposto reconhecimento de seu trabalho, enquanto primeira-dama, ela tenha conseguido se eleger para o legislativo.

Jadey Carvalho Rufino, que também disputou as eleições de 2004, candidatou-se pelo PC DO B, não conseguindo se eleger para o pleito de 2005 a 2008, ficando classificada como suplente com 73 votos,<sup>42</sup> e por conta da cassação do vereador Lucídio Rodrigues da Cruz, também filiado ao PC do B, ela tomou posse como vereadora em 2008.

Ao ser questionada por que se filiou ao PC do B ela explica que “é porque é o partido de qual a minha família faz parte e que eu me identifico”,<sup>43</sup> resposta que já sugere que ela entrou para a política influenciada pela família o que vai ser comprovado quando perguntamos a ela porque ela entrou no mundo político, se ela foi influenciada por alguém, algum parente e ela responde que “Foi por essa questão, tenho meu primo que é deputado federal (o deputado Osmar Junior), o meu irmão que é o Zé Carvalho, a Lurdes Rufino, que estão a frente do partido a nível estadual”.<sup>44</sup> Portanto percebemos que a vereadora foi influenciada por já ter uma família que se faz presente na política, não só local, onde a vereadora teve como influencia os tios Lucas Cortez Rufino de 1963 a 1971, como vereador, Luiz Cortez Rufino de 1877 a 1983 como prefeito e o tio Vicente Rufino Cortez de 1993 a 1996 como vereador e de 1989 a 1992 como vice-prefeito, mas em nível estadual e federal, e por isso resolveu se candidatar.

Em sua entrevista ao responder por que entrou para o mundo político ela explica que “Talvez, assim porque eu gosto da política e tudo, não essa política de eu me candidatar, mas apoiar, mas eu coloquei assim o meu nome, mas talvez por isso, influenciada por ter o exemplo de minha família que é praticamente toda dentro da política”.<sup>45</sup> Jadey, diz até gostar da política, mas não dessa política aonde ele assume um papel de representante do povo, mas de apoiar candidatos, de ajudá-los a se elegerem e que realmente se candidatou por influencia familiar.

---

<sup>42</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. *Resultado da Eleição do 1º turno, 2004*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso 18 Jun, 2014. às 11:30.

<sup>43</sup> RUFINO, Jadey Carvalho. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>44</sup> RUFINO, Jadey Carvalho. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>45</sup> RUFINO, Jadey Carvalho. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

Então percebemos que Jadey, assim como Carminha, contou com uma forte influencia familiar para entrar na política, mesmo não gostando de estar na disputa por uma cadeira no legislativo o que podemos perceber também pelo fato dela não ter tentado se eleger novamente, mais uma semelhança entre ela e Carminha, da qual Hosana Mendes também compartilha.

### 1.3 Avanços e recuos

Carminha, Jadey e Hosana, recuaram nas suas trajetórias políticas, ao contrário das outras que seguiram em frente chegando a alçar voos mais altos, como fez Iolanda Rêgo.

É perceptível que a presença feminina na política piauiense caracteriza-se por avanços e recuos, bem como por uma tradição de vivência mais direcionada ao privado, sendo o espaço político, para a mulher, um lugar de experiência social. Assim, muitas se inseriram na política não possuindo uma identificação com o meio, contudo, algumas tomam gosto e terminam por aí se firmar.<sup>46</sup>

Esses avanços e recuos podem ser percebidos nas mulheres que fizeram parte da política de Ipiranga do Piauí de 1973 a 2008, assim como Carminha, Jadey e Hosana fizeram de suas trajetórias políticas uma experiência social e deixaram suas contribuições para as lutas feministas elas também marcaram os recuos dessa participação, outras, como Iolanda, que foi vencendo etapas e dando continuidade a carreira política chegando à prefeitura da referida cidade, representam os avanços da mulher na política. No entanto, essa característica de permanência no âmbito da vida política vai aos poucos fazendo parte da vida pública das mulheres que entram na política, sendo este ainda um campo de predomínio masculino.

Esse predomínio masculino pode ser observado se analisarmos a composição do legislativo e do executivo dessa cidade, de 1963 a 1972, o poder legislativo só era formado por homens; de 1973 a 1976, era composto por seis membros dos quais apenas um era mulher, Carmem Fontes (Carminha); de 1977 a 1993, voltou a ser constituído apenas por homens; de 1993 a 1996, o legislativo aumentou o número de participantes de seis para nove dos quais mais uma vez apenas um era mulher, Maria Dapaz; de 1997 a 2000, dos nove dois eram mulheres; de 2001 a 2004 o legislativo ampliou mais uma vez o número de membros

---

<sup>46</sup> SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina 2008. p. 48.

para dez, dos quais três eram mulheres e de 2005 a 2008 o número de mulheres aumentou para quatro. E entre 1962 a 2008, apenas em 2008 o administrativo da cidade teve uma mulher na chefia, a qual se manteve até 2012, voltando o administrativo para as mãos masculinas.

Essa notória minoria da participação feminina na política se dá não só em contexto local, mas em nível mundial, como podemos perceber através de dados apresentados por Carla Gomes.

Segundo dados do Inter-Parliamentary Union (IPU), no ano de 2000, apenas 29% das 513 cadeiras do congresso brasileiro eram ocupadas por mulheres, ou 5,75%. Em 2008, essa proporção estava em 46 mulheres (9%) e após as últimas eleições de 2010, caiu para 44 mulheres (8,6%). Ou seja, embora tenha havido crescimento do número absoluto de mulheres na política nos últimos 12 anos no Brasil, esse crescimento não foi grande nem constante. Se por um lado temos uma mulher no cargo mais alto do país, por outro o Brasil ocupa atualmente a 116ª posição no ranking dos países quanto a porcentagem de mulheres no parlamento, ficando no grupo dos 50 países com o pior desempenho nesse quesito. Se considerarmos apenas os países da América do Sul, Argentina e Equador lideram com 37,4% e 32,3% de mulheres no parlamento, enquanto o Brasil fica em último lugar. Hoje, no mundo todo, há apenas 17 mulheres chefes de Estado/governo e somente 19,7% dos assentos parlamentares são ocupados por elas (IPU, 2000, 2008, 2011, 2012).<sup>47</sup>

Podendo, a partir desses dados, ser constatado realmente que a participação da mulher na política se dá de forma muito lenta, marcada por avanços e recuos e que mesmo em alguns lugares as mulheres ocupando os mais altos postos da política, ela é predominantemente masculina, ocasionada em maior parte pelas que já convivem em ambiente familiar político, o que pode ser constatado ao analisarmos a trajetória das mulheres que se inseriram na política ipiranguense. Mas, mesmo que essa participação da mulher na política venha se dando de maneira lenta é importante mostrar que ela vem acontecendo ao longo da história e que ela está rompendo limites, que por muitos anos pensaram ser intransponíveis. E que durante seus mandatos elas vêm lutando por uma valorização e permanência da mulher nesse espaço.

Vemos refletir no ambiente político, lugar ainda hoje de predomínio masculino, uma clara divisão social do trabalho que se fundamenta numa divisão social do sexo, que organiza a sociedade ditando como homens e mulheres devem se comportar, em quais funções devem trabalhar, como devem andar e como devem se comportar entre outras coisas, sendo estas

---

<sup>47</sup> GOMES, Carla de Castro. *Mulheres na política: igualdade de gênero?* **Sociologia**, São Paulo, ano IV, ed. 40, jun/jul/2012, p. 15.

atitudes baseadas nas diferenças de gênero<sup>48</sup>, vistas por muito tempo como biológicas, visão que a partir do século XX começou a mudar, pois estudiosos e feministas apontam que essas diferenças entre homens e mulheres não são biológicas, mas que tem uma origem sociocultural. Se homens e mulheres se comportam de formas diferentes, é porque foram ensinados e aprenderam a agir de tal forma ao longo da vida a partir da convivência em sociedade.

Sendo assim podemos constatar que a mulher é uma minoria na política não por incapacidade de atuar nesse espaço, mas que esse fato é ocasionado por uma divisão cultural do trabalho e por uma construção social que implantou na sociedade a ideia de que o mundo político não é ambiente feminino, mas sim um campo de atuação masculino. No entanto, mesmo que com pequenos passos, desde o sufrágio feminino, as mulheres vêm desconstruindo essa ideia e mostrando que assim como os homens elas também estão aptas e são capazes de atuar na política. Nesse sentido o capítulo seguinte abordara as ações das mulheres nos movimentos e principalmente na política, assim como também suas múltiplas funções adquiridas desde que estas passaram a dividir o tempo reservado para a casa e a família com a vida pública.

---

<sup>48</sup> A utilização do termo gênero segundo Joan Scott, rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. C.f. SCOTT, Joan. Gênero: “Uma categoria útil de análise histórica” *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS;1990. p. 7.

## 2 MULHERES EM AÇÃO: feminismo e ativismo político

### 2.1 Considerações sobre os movimentos feministas

Durante muitos anos a existência das mulheres estava voltada para uma vida de atividades cotidianas que segundo Mary Del Priore<sup>49</sup>, no sentido comum, o termo remete, com imediatismo, à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo. Assim, elas se encontram excluídas dos campos culturais, econômicos e políticos. Sendo estes campos reservados para a atuação masculina, onde se projeta o futuro de uma formação social, onde se acumula tudo o que torna possível a construção de uma história. E no primeiro campo, o da vida cotidiana, temos um ambiente de repetição e conservação das práticas existentes o que não possibilita modificações, ficando este espaço privado da história.

Nesse contexto existe uma oposição entre os “personagens” e os “excluídos” da história, onde as mulheres se encontravam destituídas da ação, não participavam das mudanças sociais e nem se inseriam na história, exceto se estivessem inseridas em um movimento coletivo de revolta.

Temos então um período em que as mulheres não se inscrevem na história, sendo vistas como sujeitos a-históricos, ou no máximo eram enquadradas a partir da visão de Michelet: a *mulher natureza* em oposição ao *homem cultura*, na qual a mulher tem sua atuação restrita à esfera privada e o homem à vida pública e que quando ela aspira a uma atuação na esfera pública usurpando os papéis masculinos, torna-se uma força do mal e da infelicidade desorganizando a história, o que vai ser intensificado nos fins do século XIX, motivado por um exclusivo interesse pela história política e pelo bem público, que dispunha de fontes administrativas e regularmente constituídas para um uso posterior. Esta história política privilegiava os monarcas e escrevia a elite na história.

Mas, contra essa história política considerada elitista, superficial e factual e em nome de uma história total, que uma geração se insurge afirmando que os comportamentos coletivos tinham mais importância para a história. Revidando essas críticas a história política passa por uma renovação, passa da história dos tronos para a história das massas e das sociedades.

---

<sup>49</sup> DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 247.

As novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas. A compaixão pelos deserdados, a solidariedade com os pequenos, a simpatia pelos “esquecidos da história” inspiravam um vivo desejo de reparar a injustiça da história para com eles e restituir-lhes o lugar a que tinham direito<sup>50</sup>.

É nesse ambiente de renovação, que a história política vai buscar alargar suas fronteiras e nelas incluir todos aqueles que até então estavam à margem da história, como é o caso das mulheres, sujeitos destituídos de história.

Mas até chegarmos a essa inclusão das massas e das sociedades na história e principalmente na história política, essas passaram por críticas e foram influenciadas por uma nova geração, que buscava uma história total, e por grupos que se viam as margens e que só conseguiram se inserir na história quando associados a movimentos coletivos de revolta.

Como é o caso das mulheres, que só passaram a contar com direitos sociais e políticos e a fazer parte da história tornando-se sujeito histórico a partir dos movimentos feministas que se iniciaram ainda em fins do século XVIII, mas que ganharam força após os anos de 1960 e 1970, nos Estados Unidos e Europa, resultante das mudanças políticas e culturais do momento.

Esse movimento feminista tinha o propósito de por em debate a condição de opressão da mulher pelos homens discutindo temas como a igualdade de direitos, o aborto, a violência contra a mulher, e a equiparação dos salários entre os sexos. Segundo Céli Pinto<sup>51</sup>, outro ponto significativo a ser indicado é o fator tempo como bandeira de luta, tema que se tornará constante na luta das feministas ao longo do século XX, sempre como referência à dupla jornada de trabalho. Que as mulheres passaram a enfrentar quando começaram a ocupar espaços fora da vida cotidiana. Nesta mesma época as feministas anarquistas mais radicais entre elas têm Maria Lacerda de Moura moça de uma família modesta de Minas Gerais, lutavam também por ideais que iam desde a conquista dos direitos políticos, até a defesa do amor livre e da educação sexual.

---

<sup>50</sup> RÉMOND, René. Uma História Presente. In. Rémond, René (org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro. FGV. 2003. p. 19.

<sup>51</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 36.

Outro movimento das mulheres de destaque é o movimento sufragista, que lutava pela aquisição de direitos políticos das mulheres, que como já foi mencionado no primeiro capítulo, chegou ao Brasil nos primeiros anos do século XX trazido da Europa pela bióloga Bertha Lutz, moça de uma família de abastada condição social.

Nessas lutas das mulheres em busca dos seus direitos, e assim se inscrevendo na história, elas se uniam e se distanciavam movidas pelas suas diferentes ideologias, o que ocorreu entre Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz. Maria Lacerda de Moura se afastou de Berta Lutz, por considerar que a luta sufragista era por uma causa que iria beneficiar poucas mulheres, sem trazer vantagem alguma à multidão feminina<sup>52</sup>. E também por considerar que neste não se questionava o motivo do homem ter mais poder e colocar a mulher em situação de opressão. As mulheres sufragistas lutavam pela inclusão, sem, no entanto, identificarem na sua exclusão razões para os homens terem mais poder<sup>53</sup>. Configura-se aí duas fases do feminismo.

Um feminismo bem comportado e um feminismo mal comportado. O primeiro não afrontava os poderes, mas buscava apoio neles. Não pode ser percebido a partir de uma clivagem de classe social, mas certamente a partir da forma como essas mulheres viviam suas posições de elite econômica e intelectual. O segundo era de enfrentamento: o feminismo “malcriado” expressava-se nas passeatas, nos enfrentamentos na justiça e nas atividades de mulheres livres pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro. Somavam-se a elas as anarquistas radicais que traziam para a discussão o mundo do trabalho, muito distante das preocupações das feministas de elite<sup>54</sup>.

As mulheres, das mais distintas classes sociais e com os mais variados motivos e interesses, no anseio de conquistarem direitos e reconhecimento social se inseriam nos movimentos feministas, alguns caracterizados como de revoltas e outros não, como este sendo a passagem para que elas possam ocupar o lugar que lhes é de direito, e passem a se constituir como sujeitos históricos, papel do qual passaram muito tempo distantes.

Além do movimento feminista, do movimento sufragista, as mulheres se envolviam também em movimentos contra a alta dos presos, nas lutas por melhorias nas escolas, postos de saúde e nos serviços públicos como um todo, caracterizando aí um movimento de mulheres. No entanto, estes não podem ser confundidos com os movimentos feministas, pois

---

<sup>52</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 37.

<sup>53</sup> PINTO, op. cit., p. 36.

<sup>54</sup> PINTO, op. cit., p. 38.

foram movimentos organizados não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso feminista, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe intervir no mundo público<sup>55</sup>. E conquistarem melhorias.

As mulheres que lutavam por direitos e melhores condições de vida se enquadravam nos mais variados grupos, como, no movimento de mulheres, no feminismo nas suas vertentes marxista, liberal e radical. Onde as primeiras minimizavam a luta das mulheres a uma luta de classes, as liberais lutavam por direitos políticos e individuais e as radicais que, colocavam em questão a própria condição de ser mulher e de estar submetida a uma opressão masculina. Mesmo as radicais fazendo algumas vezes oposição as liberais não se pode negar que, elas tanto no Brasil como em todo o mundo ocidental, foram a porta de entrada das mulheres na luta por seus direitos e reconhecimento em todas as esferas da vida pública e social.

O movimento feminista ganhou realmente força no Brasil a partir dos anos de 1972, marcado por um congresso organizado pelo Conselho Nacional da Mulher e liderado por Romy Medeiros, que é também a fundadora do Conselho Nacional da mulher em 1949. E também pelas primeiras reuniões de grupos de mulheres, em caráter quase particular, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

É particularmente interessante percebermos que o momento que o feminismo ganha uma maior força no Brasil é justamente nos primeiros anos da década de 1970, os anos mais rígidos e de maior repressão da ditadura militar, os anos do governo Médici.

Outro fato marcante dessa mesma década acontece no ano 1975, quando o general Geisel já governava o país e prometia uma política gradual de distensão, quando a ONU (Organização das Nações Unidas) o define como Ano Internacional da Mulher, realizando um encontro sobre o assunto no México, onde reuniu milhares de mulheres que se comprometiam a combater a violência contra a mulher.

Ainda no mesmo ano Teresinha Zerbine, esposa de um general que sofreu repressão pelo golpe militar, organizou o movimento feminino pela anistia, a organização do movimento esteve diretamente ligada à instituição do ano internacional da mulher. O movimento alcançou seu êxito em 1979 com a promulgação da anistia.

O movimento feminista multifacetou-se influenciando vários grupos de mulheres com os mais variados objetivos, pois elas são diversas em sua condição social, étnica, raça, crenças

---

<sup>55</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 43.

religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças<sup>56</sup>, que constitui a história das mulheres. Tivemos as sufragistas, o movimento de mulheres, as mais radicais que lutavam firmemente pelo fim da violência contra a mulher e as brasileiras que regressavam do exterior trazendo uma nova visão a respeito da mulher, buscando uma valorização dos seus papéis, do corpo, da sexualidade e do prazer feminino, temas considerados tabus.

O movimento feminista passou a ser visto com maus olhos, pois o corpo, as questões feministas e individuais no Brasil não eram a prioridade do momento, mas o que estava em xeque era a luta contra o regime militar.

O encontro do feminismo à moda do primeiro mundo com a realidade brasileira daquela década promoveu situações tão complicadas quanto criativas: as mulheres de classe média, intelectualizadas, que estiveram nos Estados Unidos ou na Europa como exiladas, estudantes ou simples viajantes em busca de novas experiências, voltavam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que o antigo papel de mãe, companheira, esposa não mais servia. Essas mulheres haviam descoberto seus direitos e, mais do que isso, talvez a mais desafiadora das descobertas, haviam descoberto os seus corpos, suas mazelas e seus prazeres. Mas o Brasil que encontravam era um país dominado por uma ditadura militar sangrenta, na qual todas as frestas de expressão que sobraram deviam ser ocupadas pela luta pró-democratização, pelo fim da censura, pela anistia aos presos políticos e exilados<sup>57</sup>.

O Brasil mais uma vez estava prestes a viver uma nova mudança no regime político, voltando a uma democracia. A maioria do país estava mais preocupada com essa redemocratização, com questões políticas do que com uma valorização feminina. Mas o movimento feminista também se fez presente nesse contexto político.

A partir de 1979 o país dava os primeiros passos em busca de uma redemocratização, com a anistia dos presos políticos (que trazia de volta ao Brasil, militantes da esquerda que estavam exilados) uma menor repressão, menos medo, direito à manifestação e a reforma partidária, que punha fim ao bipartidarismo vigente desde 1965. Os movimentos políticos e ideológicos voltavam a ter espaço no país.

O movimento feminista, particularmente, tomou novos rumos. À volta a normalidade política foi a grande questão daquele momento político, pois

---

<sup>56</sup> SOIHET, Rachel. História das mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. pag. 263.

<sup>57</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 65.

levou as militantes feministas até então identificadas com o MDB a se dividirem entre o PMDB (Partido Democrático Brasileiro, sucedâneo do MDB) e o PT (Partido dos Trabalhadores). A questão política parecia dominar o feminismo em 1982, quando das primeiras eleições gerais no país (exceto para presidente da República)<sup>58</sup>.

Temos então o feminismo mais uma vez ligado a questões políticas, como no tempo de Bertha Lutz, temos também um movimento de mulheres, ligado a política. As mulheres agora com a volta do pluripartidarismo vão se inserir nos partidos políticos que segundo elas lutam pelas suas ideologias e crenças, como forma de buscarem mais espaço e melhores condições para a atuação feminina no espaço público.

## 2.2 A ação na política

A partir de 1970 mesmo com o regime militar em seus anos de maior repressão a mulher conseguiu em todo o país ampliar sua atuação e inserção na política partidária, no cenário piauiense e em especial na cidade de Ipiranga não vai ser diferente.

Embora poucas saibam, realmente, o que é o movimento feminino conhecido em todo o mundo como woman's lib, a mulher do Piauí começa a iniciar-se num movimento feminino mais realista, emancipando-se politicamente e passando a combater os homens no campo político, candidatando-se a prefeito e vereadores em diversas cidades do Piauí<sup>59</sup>.

As candidatas a vereadoras e prefeita de Ipiranga não se enquadram e nem se reconhecem como feministas, mas fazem parte do movimento de mulheres que a partir de suas condições de esposas, mães e donas-de-casa buscavam se inserir no mundo público em busca de melhorias e reconhecimento para as mulheres assim como também em busca de melhores serviços públicos que atendessem a toda a sociedade. E mesmo tendo essa aceitação elas tinham que ter seus comportamentos policiados.

No entanto, a relação mulher e política não era vista, segundo algumas opiniões como um “casamento feliz”. Embora a década de 1970 apresentasse certa abertura às mulheres, não sendo observadas críticas negativas da

<sup>58</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 68.

<sup>59</sup> MULHERES piauienses em luta visando conquistar posições. O Dia. Teresina, ano XXV, n. 4627, p. 1/3, 7/8 nov. 1976.

população, elas ainda deveriam se policiar em relação ao seu comportamento público, posto que poderiam ser alvo de críticas de seus adversários e possivelmente prejudicá-las em sua entrada na política<sup>60</sup>.

E realmente a relação entre a mulher e a política não era uma relação na qual as pessoas confiavam muito, pois a sociedade acreditava que a mulher não era um ser capaz de exercer funções públicas que necessitassem de força e coragem para a disputa pelo poder público, a mulher era vista como um ser frágil e delicado.

A atuação política é descrita como uma atividade não apenas fora das configurações sociais femininas, mas também como fator que retiraria o poder de fascinação que a beleza e a delicadeza, associadas à imagem feminina, exerceriam sobre os homens. O discurso de fragilidade feminina retirava da esfera estabelecida para sua atuação as atividades que pudessem ser relacionadas à luta, a força e a imposição de obediência<sup>61</sup>.

Vamos ver que a atividade política era vista como inadequada para a mulher, Carmem Fontes, eleita vereadora do Ipiranga nas eleições de 1972, relata que sua candidatura foi aceita pela sociedade, e que não recebeu muitas críticas, mas as que recebeu eram no sentido da incapacidade para a atuação nessa esfera, como ela mesma nos conta. “Não, até que não fui tanto não, crítica porque muitas pessoas criticavam mesmo, achava que eu não tinha competência, mas a gente tocava o barco pra frente”<sup>62</sup>.

Podemos, através desse relato, perceber que realmente a mulher era vista como um ser frágil e de poucas habilidades para atuar nesse espaço e que a primeira coisa colocada em questão era se ela teria capacidade para resolver os assuntos políticos.

No tocante ao comportamento da mulher no período da campanha em relação ao comportamento do homem, Carminha diz que:

não, não havia muita diferença do homem pra mulher não, a diferença era na roupa, porque eu não usava terno, mas a conversa, (pausa) não conversa sem muita proximidade. No meu tempo não existia essa história de abraço com

---

<sup>60</sup> SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina. 2008. p. 59.

<sup>61</sup> Rocha, Olivia candeia Lima. *Mulheres, escrita e feminismo no Piauí (1875 – 1950)*. Teresina: fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2011. p. 62.

<sup>62</sup> FONTES, Maria do Carmo. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

“tapinha” nas costas, isso num existia não, a gente chegava conversava, apresentava as proposta e ia embora<sup>63</sup>.

Portanto, na visão de Carminha, existia diferença da mulher política e da política de hoje para a do seu tempo, porque no seu tempo como ela mesmo coloca não existia proximidade entre os políticos e o povo, que não havia essa história de cumprimentar o eleitor abraçando e dando um “tapinha” nas costas, atitude muito comum na política atual, e que a atitude das mulheres não se diferenciava muito das dos homens, citando como diferença apenas os trajés.

Quando a interrogamos em relação às disputas políticas, as tensões e difamações existentes entre os candidatos e principalmente em relação a ela por ser mulher, ela nos conta que “isso não existia, não existia presiga, entre nós, pelo menos eu não percebia, se existia eu não percebia, comigo não”<sup>64</sup>.

É possível perceber, baseados na fala de Carminha, que a mulher enquanto sujeito político em Ipiranga, no período de 1972, diferente de outras cidades do país, não sofria sanções nem difamações, por estar atuando nesse campo. Fato que vai se confirmar em partes na fala de Luca Cortez Rufino, que foi um dos primeiros vereadores da cidade, atuando nesse campo desde a emancipação política da mesma, de 1963 até 1970. Quando o perguntamos se ele achava a mulher capaz de atuar nesse ramo da política, ele nos diz: “Que tem gente incapaz tem, tanto homem como mulher, mas a mulher tem capacidade sim de participar da política”<sup>65</sup>. Ou seja, para o senhor Lucas o fato de ser mulher não a tornava uma pessoa incapaz de atuar na área da política, pois ele não reconhece diferenças em relação ao gênero, que, tanto o homem como a mulher, estão sujeitos a serem ou não capazes de atuar nessa esfera da vida pública. Talvez o Ipiranga se apresente de maneira singular, nessa questão, por ser uma cidade recém-emancipada que conta com uma pequena população e que tem aparentemente uma política de boa convivência, cuja, a comunidade política busca nestas boas relações construir pares e alianças políticas, ou ainda, podemos colocar em questão se a mulher realmente não sofria preconceitos ou se este era e continua mascarado na fala dos

---

<sup>63</sup> FONTES, Maria do Carmo. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>64</sup> FONTES, Maria do Carmo. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>65</sup> RUFINO, Lucas Cortez. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, jun, 2014.

nossos sujeitos, que talvez hoje se encontrem com uma mentalidade menos preconceituosa e queiram esconder que, sofreram preconceito e de que foram preconceituosos.

Lucas Rufino ao mencionar a entrada e a participação da mulher na política completa sua fala dizendo que acha essa relação “Uma coisa boa, devia ter entrado há muito tempo, porque a mulher é paciente, tolerante, amável e controlada, porque essas coisas são bagunçadas. A política administrada sem mulher, não vai, não progride, a mulher foi política desde o começo do mundo”<sup>66</sup>. Ele, contrariando a maioria dos pensamentos do seu tempo, vê as características femininas, não como pontos fracos para atuar na política, como adequadas a política por considerar a mulher paciente, tolerável e controlada, ele a considera como um sujeito que vai ordenar e fazer a política progredir.

Faz-se necessário destacar que o senhor Lucas foi o entrevistado, por ser um dos poucos vereadores daquele tempo que se encontra vivo e consciente, tendo sido impossível entrevistar outro vereador daquele tempo, e por isso consideramos que sua aprovação à participação feminina na política é uma visão parcial, pois não tivemos acesso a outros depoimentos.

Em relação aos seus projetos políticos, percebemos que Carminha, assim como os outros vereadores não contavam com muita autonomia para elaborar projetos, ficavam encarregados de votar os projetos vindos da prefeitura como ela mesma destaca.

a gente tinha projeto, mas abraçava mais as coisas que vinha do prefeito, sempre era tudo em benefício da população da comunidade, então a gente seguia e aprovava, porque não tinha esse negocio de prisigui de prisiga então a gente ia ouvindo a conversa do pessoal do povo da comunidade, então a gente ia ouvindo e quando saia os projeto a gente já sabia mais ou menos como era que ia votar<sup>67</sup>.

Segundo Carminha, não havia nesse período um jogo político, onde os candidatos se perseguiriam no intuito de prejudicar uns aos outros.

Na década de 1970, apesar de algumas mudanças sociais referentes ao espaço feminino, um aspecto importante para mulheres que ingressavam no espaço político no Piauí era não estabelecer conflitos declarados com seus

---

<sup>66</sup> RUFINO, Lucas Cortez. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, jun, 2014.

<sup>67</sup> FONTES, Maria do Carmo. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

pares. Assim, uma estratégia interessante era não medir forças publicamente, posto que o embate poderia enfraquecê-las em seus objetivos<sup>68</sup>.

Talvez Carminha não se sentisse perseguida, pelos outros políticos, por buscar uma relação cordial para com eles e não os enfrentar abertamente, sendo esta atitude uma estratégia do período para vencer a campanha. Visto que ela estava num terreno tradicionalmente dominado pelos homens.

No tocante a sua atuação já como vereadora, notamos que ela vai de encontro ao que chamamos anteriormente de movimento de mulheres, onde as mulheres que entravam no mundo público estavam ali para buscar melhorias para a sociedade. Ela mesma destaca que os projetos que aprovava na Câmara eram voltados para a comunidade.

Assim como Carminha se enquadra em um movimento de mulheres, Maria Dapaz em 1993, segue as mesmas diretrizes e apesar de nesse período já estarmos há alguns anos num regime democrático, ela também atua em um espaço predominantemente masculino, junto a oito vereadores.

Ela nos afirma que o fato de ter entrado na política, num espaço que de 1977 a 1992 voltou a ser área de exclusiva participação masculina, não lhe levou a receber nenhuma crítica.

Muito pelo contrário, quando eu fui eleita eu fui muito elogiada, até na Câmara mesmo, por sinal eu tenho até diploma de honra ao mérito pelo meu trabalho na política de Ipiranga e como e na saúde eu tenho dois diplomas de honra ao mérito, um votado em urna é colocada nas nos comércios, nas repartições públicas e eu fui eleita como a melhor enfermeira, que chamavam e ainda hoje chamam, chamavam a gente sempre de enfermeira que como até hoje ainda chamam, eu fui eleita, até numa festa, eu participei dessa festa e tenho o diploma<sup>69</sup>.

Notamos mais uma vez, que partindo da visão das vereadoras, e nesse caso com Dapaz, que elas não viam críticas e nem preconceito para com elas no que se refere à sua atuação na política. Em sua própria fala, Dapaz destaca que foi muito foi elogiada pela sua participação na esfera política.

---

<sup>68</sup> SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina. 2008. p. 59.

<sup>69</sup> ANTUNES, Maria Dapaz Santos. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

A vereadora deixa bem claro em sua entrevista que seu sucesso na política é proveniente de uma carreira profissional bem reconhecida. Ela sempre associa sua aceitação política a sua profissão de enfermeira, como todos chamavam e ainda hoje chamam as técnicas de enfermagem.

Dapaz quebrava em duas esferas o preconceito contra a mulher, que saía do espaço único e exclusivo da vida familiar para a atuação na esfera pública, pois desenvolvia ao mesmo tempo a profissão de técnica de enfermagem e de vereadora.

Maria Dapaz por ter tido uma boa aceitação na política e ter se identificado com o espaço da continuidade a sua caminhada, conseguindo se reeleger para o pleito de 1997 a 2000. Nesse pleito ela não vai atuar só na companhia de homens, mas junto a Iolanda Rêgo, a qual, já destacamos que entrou nesse campo de atuação por conviver num ambiente familiar ligado a atividade política.

Nesse período de Iolanda o preconceito em torno da “mulher política” já estava menor, em relação à circulação de mulheres em campos antes só ocupados por homens, mas as críticas referentes à capacidade dessas “mulheres políticas” ainda estavam muito vivas, como ainda estão nos dias atuais, pois é muito comum ouvirmos piadas e críticas em relação a essa atuação feminina, quando algo dar errado, quando há algum desafio, quando um projeto começa e não termina, ouvimos que aconteceu porque quem estava no poder era uma mulher, como se nos mandatos dirigidos por homens esses mesmos problemas não existissem.

Iolanda diz que na busca de se inserir na política não participava de movimentos feminista, mas participava dos movimentos da Igreja Católica. Talvez, ela buscasse um apoio político descendente das seguidoras desse credo. Sendo em contraposição ao primeiro um movimento mais conservador. Ela busca inovar a sociedade ampliando a participação feminina na política, mas tem como base para essa luta um ambiente conservador, buscando assim uma maior aceitação da população.

Iolanda atuou na política de Ipiranga durante um bom período, que vai de 1997 a 2012, como vereadora e prefeita, durante esse período ela menciona ter deixado muitas contribuições no município.

Não se administra hoje olhando para uma só área, é preciso atender a população olhando para todas as necessidades. Portanto, trabalhamos para avançar, na educação: valorizando os profissionais, melhora da infraestrutura do espaço escolar, equipamentos e da tecnologia (laboratório de informática, internet); Saúde: podemos destacar a descentralização da saúde bucal (construção de consultórios odontológicos na zona rural, cinco); Social:

curso e projeto de geração de emprego e renda, construção de moradias populares; Cultural: criação da escola municipal de música, ampliação da escola municipal de dança, Semana da Juventude; Agricultura: atenção aos pequenos agricultores com programas e projetos locais, preparo da terra - aração, distribuição de semente. Um ponto forte foi também a construção de poços e SAA na zona rural, deixando 80% ou mais do município com água para as famílias etc...<sup>70</sup>.

Ela destacou em sua fala os principais pontos e projetos que trabalhou durante seus mandatos: educação, saúde, área social, cultural, agrícola e SAA (Sistema de Abastecimento de Água) projetos não só desenvolvidos na cidade mais também no interior, zona que a política presta grande assistência. Talvez por ser proveniente desse espaço.

Na sua entrevista notamos uma fala própria da esfera política, que caracteriza a atividade de Iolanda, não como uma experiência social, mas como um campo com o qual ela se identificou e tornou-se política.

Mesmo sendo uma “mulher política”, ela não deve ser enquadrada no campo dos movimentos sufragistas, mas no movimento de mulheres, pois sua luta dentro da esfera pública é voltada para uma assistência social que também busca melhorar a condição de vida das mulheres, e não de buscar inserir a mulher nos cargos majoritários da política.

Iolanda, durante sua vigência também deu atenção às causas feministas, promovendo palestras e debates que propunham uma reflexão a respeito da condição de vida das mulheres, se voltando para a realidade do município como, por exemplo, na campanha de combate a violência contra a mulher e na busca por igualdade. Iolanda se identifica com uma questão de gênero, dentro de um contexto assistencialista, assim como muitas mulheres na década de 1970, a vereadora se enquadra num feminismo, que não é contra os homens, mas um feminismo que busca defender os direitos das mulheres. Essa identificação e luta por uma melhor condição de vida das mulheres poderia até ser confirmada, mas faz-se necessário analisar mais afundo esse interesse. Será se ele não era um instrumento de luta política? Através do qual ela buscava o apoio das mulheres, que ainda são minoria nos cargos majoritários e legislativos, para se promover e conquistar mais eleitores, fazendo com que ela seja aceita nas mais variadas classes e conseguisse se reeleger.

Para o pleito de 2001 a 2004 a cidade de Ipiranga além de contar com a participação de Iolanda contara com duas novas vereadoras, Maria Dolores Pinheiro da Silva e Maria Helenita Rufino Leal Sousa. Como dissemos, as mulheres já vinha contando com uma maior

---

<sup>70</sup> RÊGO, Iolanda dos Santos Vieira. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, jan, 2014.

aceitação na esfera pública e ampliando sua atuação na política. No Piauí, desde os anos de 1980, a presença feminina na política vai se tornar cada vez mais frequente, pois os partidos políticos vão começar a priorizar algumas questões femininas, mas sem nenhuma ligação com o feminismo.

Dolores ao fazer referência às dificuldades de se inserir nesse meio, das dificuldades da campanha, não faz nenhuma menção a censura pelo fato de ser mulher, ela vai levantar outros pontos.

As dificuldades é que a política no nosso meio tem a maior dificuldade o próprio povo, pois é a população já ter aquela cultura de querer vender o voto, é a gente convencer que a gente tem que votar é tem que escolher o candidato, que a gente acredita que vai fazer alguma coisa depois da eleição. Era a conversa chegar em casa conversar, mostrar, fazer comparações, mostrar candidatos do passado, mostrar como que foi eleito, como que foi que levou o seu pleito, a gente mostrando pra eles mandando eles avaliar<sup>71</sup>.

É possível perceber que, para Dolores, a questão da dificuldade de se inserir na política não era de gênero, mas uma questão de um jogo sujo, baseado em manipulações e compra de voto. Em uma determinada parte de sua fala, quando ela menciona as estratégias para vencer essas dificuldades, ela diz que a solução para esses problemas é conversar, mostrar, fazer comparações entre candidatos do passado e mostrar como ele foi eleito, quando ela fala candidato do passado é no intuito de fazer referência a candidatos que compraram voto. A partir dessa fala notamos a mulher já assumindo uma posição mais ofensiva, onde ela não se acuava mais frente aos seus opositores, sendo eles homens ou mulheres. Elas já estão se sentindo mais a vontade nessa esfera da vida pública, sentido a partir daí uma evolução, uma conquista de espaço, que a cada dia se torna mais sólida, mesmo que ainda com muitas dificuldades e poucas representantes.

A partir da década de 1980, temos partidos como o PDS e o PC do B, abrindo caminhos para essa participação feminina na política, vai ser também o momento de chamar a atenção para a população e buscar uma participação, dos que até então se vêm marginalizados, da vida política do país.

No final da década de 1980, estavam em discussão, no Congresso Nacional, as propostas para a nova Constituição brasileira, de forma que despertar a

---

<sup>71</sup> SILVA, Maria Dolores Pinheiro da. Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez. Ipiranga do Piauí, out, 2014.

sociedade, através dos grupos para uma maior participação nesse “momento histórico”, aparece como tema freqüente. Nesse sentido, várias manifestações e grupos, durante toda a década, foram se organizando, com objetivos diversos, a favor das comunidades locais, discutindo e questionando problemas comuns, sobretudo os bairros mais populares<sup>72</sup>.

Então temos um momento histórico, onde a elite política passa a dar atenção para os que estavam esquecidos na história como, as classes populares e as mulheres.

Maria Helenita, ao decidir se candidatar para o pleito de 2001 a 2004 escolhe se filiar ao PC do B, destacando a atenção e espaço que o partido dá à mulher e mencionando também a presença de amigos no partido, ou seja, seus pares políticos.

A partir da década de 1980 a história política vai sofrer retaliações, por ser considerada elitista e superficial e estar passando por um abandono em detrimento de outros ramos da história, a história política pretendendo sair desse descrédito se propõe a fazer uma história total e a partir daí começa a incluir as massas populares na história.

Nesse contexto os partidos passam a chamar as massas para participar da política como, por exemplo, o PT (Partido dos trabalhadores) passa a dar vez aos trabalhadores e também tinha uma ala destinada às mulheres e o PC do B (Partido Comunista do Brasil) começa a fazer companhia destacando a minoria da mulher na política e ressaltando que esta precisa ocupar seu espaço nessa área, convocando e incentivando às mulheres a participar da esfera política através de seus discursos, onde o partido prega buscar uma igualdade de gênero.

O PC do B defende que o Estado garanta políticas públicas de enfrentamento a todas as formas de violência de gênero, cujos índices são inaceitáveis; a promoção da igualdade salarial; a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; o combate a todas as formas de racismo, homofobia e intolerância religiosa; a prevenção, denúncia e punição de crimes de tráfico de mulheres e escravidão sexual, e a promoção da imagem realista da mulher pelos mais diferentes meios de comunicação de massa. É preciso que o projeto nacional de desenvolvimento abranja as grandes questões sociais, políticas, ambientais, econômicas e culturais, atingindo diretamente a vida das mulheres e do povo<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina. 2008. p. 70.

<sup>73</sup> RABELO, Renato. *PC do B na tv: as mudanças têm que avançar*. 18 abr. de 2014. Disponível em: <<http://renatorabelo.blog.br/tag/pcdob/page/2/>>. Acesso em: 18 Jun. 2014. às 14:30

Notamos que o discurso do PC do B aparece como um discurso voltado para as minorias que, sofrem com as violências de gênero, os preconceitos sexuais, homofônicos e racistas, que a muito são marginalizadas, dando ênfase a uma valorização da mulher e sua participação na política de forma democrática e igualitária. No entanto, precisamos direcionar um olhar mais crítico sobre esses discursos e analisar os objetivos existentes por detrás deles, pois esse é mais um ponto onde a história política foi recriminada.

Talvez eles a achassem mais fácil de reconstruir por basear-se em fontes que tinham a dupla vantagem de ser regularmente constituídas – já que estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito – e estar classificadas e conservadas, e, portanto, acessíveis em um momento posterior<sup>74</sup>.

Precisamos então analisar o que há por trás dos discursos do PC do B, que contém ideias já estabelecidas por uma administração. Talvez o real objetivo do partido, não seja de fato a inclusão da mulher na política, mas sim conquistar os votos das minorias que por muito tempo foram excluídos da política e da história como um todo, minorias essas que hoje quando juntam suas forças se tornam a maioria.

Ao longo do tempo e com muitas lutas as mulheres foram conquistando cada vez mais espaço, e mesmo elas ainda sendo minorias no espaço da política já deram grandes passos em todas as esferas da vida pública.

Como já constatamos no Ipiranga existia um movimento de mulheres, mesmo que ainda não organizado, e dando continuidade a esse movimento, Helenita elabora um projeto na Câmara ressaltando o dia da mulher, onde fica instituído que o dia internacional da mulher, 08 de março, vai ser comemorado todo ano na Câmara, discutindo questões relevantes sobre a mulher. Vemos as mulheres alcançar conquistas que há algum tempo seriam impensáveis, as mulheres que se viam aprisionadas à esfera privada da casa e que quando desejavam atuar no espaço público de domínio masculino eram vistas como uma força do mal, como o sufrágio feminino, o ano da mulher, o dia internacional da mulher, o direito ao divórcio, uma Lei que proíbe a agressão contra a mulher, na década de 1990, as mulheres, conquistaram a Lei n. 9054, que estabelecia que em todas as eleições, deve ter reservada no mínimo, 30% de vagas para esse sexo e já vimos elas chegarem aos mais altos cargos da política.

---

<sup>74</sup> RÉMOND, René. Uma História Presente. In. Rémond, René (org.). Por uma História Política. 2. ed. Rio de Janeiro. FGV. 2003. p. 15.

Para a legislatura de 2005 a 2008, mais duas mulheres, Hosana e Jadey, se juntavam as outras vereadoras de Ipiranga quebrando mais uma vez o predomínio masculino na política ai existente. Ambas não se firmaram na política, fizeram desta atividade uma experiência social.

Jadey, menciona que durante sua campanha teve algumas dificuldades para ser aceita por alguns segmentos da sociedade “era aceita por uns, tipo assim, é excluída por outros, sei lá criticada por outros, era mais ou menos assim, acho que mais pela, por esses que, que já estavam na política né há muito tempo e pensavam que o espaço era, no caso seria só deles, acho que mais ou menos era assim”<sup>75</sup>. Jadey sentia-se excluída pela elite política da cidade, ela ainda menciona que dentre as críticas que recebeu algumas faziam referência a sua capacidade para atuar na política, segundo ela talvez pelo fato de ser nova. Já Hosana, em contra partida nos afirma não ter sofrido nenhuma crítica por se inserir no mundo político.

Ambas se candidataram no mesmo período, no entanto segundo elas, foram recebidas de maneiras deferentes. Por que será que isso aconteceu? Suas trajetórias de vida tiveram alguma relevância nesse momento?

Hosana Mendes, como já foi citado, no pleito de 1997 a 2000 atuou como primeira dama da cidade, desenvolveu trabalhos assistencialistas junto à comunidade, pois trabalhou como “Secretária de Assistência Social e Diretora da Unidade Mista de Saúde”<sup>76</sup>, funções que devem ter lhe rendido um bom reconhecimento junto à comunidade, em quanto Jadey Carvalho antes de ser vereadora trabalhou na Biblioteca Municipal, na Secretaria de Educação e como auxiliar de programas sociais, funções relevantes, mas que não lhes rendeu um reconhecimento comparável com o adquirido por Hosana.

Talvez por esse motivo uma recebesse críticas e desconfiança do seu potencial para trabalhar na política e a outra não as tenha recebido ou notado, o que explica também Hosana ter sido eleita e Jadey ter ficado como suplente se elegendando só após a cassação de um vereador do PC do B, como já foi explicado.

Outro fato importante para entender as diferenças de aceitação entre uma e a outra, é que segundo Hosana, a dificuldade dela durante a campanha era de confiar no eleitorado, mas que resolveu esse problema, “através de esclarecimento”<sup>77</sup>. Fator que indica que a candidata

---

<sup>75</sup> RUFINO, Jadey Carvalho. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>76</sup> MENDES, Hosana Maria Nogueira de Brito. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>77</sup> MENDES, Hosana Maria Nogueira de Brito. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

não tinha problemas de comunicação com a população, já Jadey relata uma dificuldade de comunicação.

Mais foi essa questão de pedir voto que eu tinha vergonha de chegar nas casas pedindo voto, as vezes por acha que as pessoas iam receber bem, por ser a primeira vez que adentrou a casa do eleitor e tudo, essas questões mais essas questões de palanque de tá em cima de palanque discursando isso tudo, assim porque eu também achava que certos discursos eram mais só ideologia essas questões, tinha coisas que eu num, num concordava assim que as vezes uma pessoa digna que é pra num ficar assim tão diferente, tão estranho e até pegava o exemplo de certas coisas que eu não concordava, mas que tava dentro da política<sup>78</sup>.

Então notamos em Jadey a ausência de uma característica política que é a de comunicação com a população. Fato que pode ter lhe prejudicado na conquista de um maior eleitorado e mesmo no fato de receber confiança, pois, como ela mesma relatou, para vencer essas dificuldades tinha a ajuda da família “tinha a minha família, tinha os amigos, que como era essa questão que eu tinha vergonha de pedir voto, a minha família sempre ia comigo a casa de um conhecido a casa de um amigo, muitas vezes eram eles que falavam por mim, e a gente conseguiu ir vencendo essa questão”.<sup>79</sup> Então, como confiar em uma candidata que muitas vezes nem é ela que apresenta suas propostas, mas sim segundos. A mesma ainda nos informa não ter um perfil político para estar à frente na política, sendo candidata, destacando que seu perfil é mais para apoiar e ajudar outros candidatos.

Essas diferenças entre as candidatas talvez sejam os motivos das diferentes formas de recepção que elas tiveram, ou essas diferenças entre ambas, e apontando agora para Jadey, pode ser herança de uma cultura onde a mulher foi criada e educada para a família, para o ambiente da casa e não para a esfera pública, fator que proporcionou a ela uma dificuldade de conviver e atuar nesse espaço.

Notamos então que em seus diferentes contextos e momentos históricos, mesmo que com algumas variações, as mulheres de Ipiranga foram bem recebidas pela comunidade ao se inserirem na esfera política do mundo público, ambiente que por muito tempo as foi proibido.

---

<sup>78</sup> RUFINO, Jadey Carvalho. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>79</sup> RUFINO, Jadey Carvalho. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

### 2.3 Entre o público e o privado

Nas décadas de 1980 e 1990, por conta das mudanças ocorridas na política, no comportamento feminino, na educação, entre outros, ocorreu uma reconfiguração na relação mulher e espaço público. No privado, a relação com marido, filhos e casa sofreu alterações, em razão das atribuições que a inserção no espaço público provocou, embora as funções femininas no lar continuassem as mesmas. Nessa vivência dual, as mulheres viram-se, em alguns momentos, impossibilitadas de conciliar vida familiar e espaço público e / ou político, sendo que a opção pela família foi sempre prioritária quando da escolha de um desses espaços<sup>80</sup>.

A presença de mulheres nos ambientes públicos há algum tempo já é realidade e só vem se intensificando ao longo do tempo com algumas conquistas, no Brasil desde a década de 1930, como a do sufrágio feminino, do direito ao divórcio e na década de 1970, com participação cada vez maior da mulher nos espaços acadêmicos. Mas, mesmo com essas mudanças as mulheres ainda teriam que legitimar essas conquistas internamente e se libertar das prisões culturalmente construídas que as aprisionavam ao âmbito da casa e da família destinada a cuidar dos filhos e do marido, vencendo ainda as dificuldades de conciliar a vivência nos espaços públicos e privados, nas suas duplas jornadas, onde muitas desistiam da primeira para priorizar a segunda.

Homens e mulheres eram vistos como seres opostos, com palcos de atuação bem delimitados. O horizonte feminino não deveria ir além do mundo doméstico, o masculino estendia-se aos espaços públicos, ao mercado de trabalho, a política institucional.<sup>81</sup> Ficando elas sempre submissas aos seus maridos e tendo como funções primordiais as de ser uma boa esposa e mãe por excelência, concretização plena da feminilidade, a maternidade seria a condição da felicidade da mulher.

Ter filhos significava também cuidar pessoalmente deles, pelo menos essa era uma das ideias que, desde a década de 1870, as elites que pretendiam construir um país “mais civilizado” procuravam incutir na sociedade são dessa época as primeiras críticas as mães que deixavam suas crianças aos cuidados de escravas, serviçais, ou “mãos mercenárias”; às que delegavam a amamentação ou contratavam babás, por exemplo. Surgia, então, os

---

<sup>80</sup> SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina. 2008. p. 84.

<sup>81</sup> PINSKY, Carla BASSANEZI. *A era dos modelos rígidos*. In.: \_\_\_\_\_; Pedro Joana Maria (org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 487.

primeiros esboços da “boa mãe” higiênica e educadora, que além de ter os filhos “sempre bem arranjados e limpos”, acompanhando de perto o crescimento dos pequenos e os ensina a rezar e a comportar-se adequadamente, livrando-os de perniciosas influencias externas que comprometem o “fortalecimento da raça”.<sup>82</sup>

Para a mulher, a sociedade designava essas funções, cuidar da casa e de ser mãe, por excelência, não deviam desperdiçar o tempo que tinham para elas com atividades que eram exclusivas dos homens como a política e o mercado de trabalho. Retirando delas a oportunidade de realização de projetos individuais femininos, o que se tornou para, muitas delas, uma frustração. Elas podiam até ter um letramento, algumas instruções, desde que, fosse para cuidar e instruir melhor seus filhos e não quisessem competir com os homens e ocupar seus espaços.

No final da década de 1960 e início de 1970 a participação feminina na esfera pública começou a crescer, e as mulheres passaram a trabalhar dentro e fora da casa, acumulando uma série de atividades e levando uma dupla jornada.

Vale ressaltar que, a visão da mulher trabalhadora só surge com o nascimento da indústria moderna, consideravam que as mulheres não trabalhavam, esquecem-se que a mulher das classes populares sempre trabalhou.

Tais crenças de que as mulheres não trabalhavam, ou de que o trabalho pesado não era próprio do sexo feminino, foram próprias do período vitoriano, momento de supervalorização da esfera pública. Pautavam-se tais estereótipos na invisibilidade atribuída ao trabalho doméstico e ao cuidado com as crianças, que apareciam como algo instintivo e emanado do amor.<sup>83</sup>

Considerando as atividades domésticas e o cuidado com os filhos, não como atividades instintivas, mas sim como trabalho, e acrescentando a elas uma maior participação feminina na esfera pública, que não alterou as funções das mulheres da esfera da casa, as mulheres vão passar a viver em um mundo dual. Essa dupla vivência vai lhes proporcionar uma satisfação pessoal circundada de conflitos provenientes das suas múltiplas funções.

Mesmo trabalhando na esfera pública, a mulher continuava a atuar, como protagonista, no âmbito da vida cotidiana. Muitas vezes satisfazendo seus desejos pessoais de trabalhar

---

<sup>82</sup> PINSKY, Carla BASSANEZI. *A era dos modelos rígidos*. In.: \_\_\_\_\_; Pedro Joana Maria (org). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012. p. 491.

<sup>83</sup> Rachel Soihet. História das mulheres. In: Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. *Domínios da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. pag. 273.

num ambiente desejado, as mulheres abriam mão deste desejo para priorizar as atividades da vida privada.

Ao interrogarmos Carmem Fontes a respeito das dificuldades de conciliar a vida privada com a vida pública ela informa que “não acho que quase num foi essas coisa de mais não, porque nesse tempo eu não tinha emprego, então era só de casa, fazer minhas coisas de serviço de casa essas coisas assim e a prefeitura”. Carminha, (entra no mundo público justamente na década de 1970, período de ampliação da participação feminina nessa esfera), diz não ter tido dificuldades de conciliar a vida privada com a pública, pois como muitos ela não considera as atividades da esfera da casa como trabalho, mas talvez como uma obrigação do seu sexo, que como já mencionamos foi uma ideia cultural e historicamente construída. Mas, mesmo mencionado não ter dificuldade de conciliação, logo em seguida quando interrogada por que abandonou a vida política, ela nos informa que abdicou por ocasião do casamento.

Porque eu sei lá eu num sei nem dizer o porquê tanto (risos), foi logo assim que eu me casei, eu digo não vou sair porque pouca eu não dou conta das coisas e assim eu vou apresentar outro então eu apresentei outro. Desisti da vida política por conta do casamento ai depois surgiram às outras coisas.<sup>84</sup>

Carminha diz não ter tido dificuldade de conciliar a vida privada com a vida pública, mas abandonou a atividade política por medo de não “dar conta das coisas” conseguir conciliar as funções que lhes eram atribuídas nos dois espaços, por supostamente não ter quem lhe ajudasse, não ter uma pessoa pra fazer as coisas por ela e porque as funções de casa não deveriam ser realizadas pelo homem, pois ele era o sujeito próprio para desenvolver atividades da vida pública e ela que estava destinada a realizar as do lar. Funções deliberadas com base na divisão do trabalho e na diferença dos sexos. Carminha sai da vida política para casar-se com Expedito Ferreira Valadão, este que em 1992 também se candidata pelo PDS a vereador da cidade, havendo, segundo uma cultura historicamente construída, uma reorganização das pessoas e seus lugares de atuação baseadas numa divisão dos sexos. No entanto, Expedito, ao contrário de Carminha, há vinte anos, não consegue se eleger, pois recebeu apenas 17 votos,<sup>85</sup> ficando como suplente.

---

<sup>84</sup> FONTES, Maria do Carmo. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

<sup>85</sup> Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. *Resultado da Eleição do 1º turno, 1992*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>>. Acesso 18 Jun, 2014. às 11:50.

Maria Dapaz, ao contrario de Carminha, quando entrou para a política, em 1993, já conciliava uma vida dual, a de dona de casa e de técnica de enfermagem, atividade a qual considera ter dado impulso a sua vida política. Depois de entrar para a política, Dapaz passou a conciliar uma vida tripla.

Assim como Dapaz, Iolanda quando se candidatou a primeira vez, já trazia na bagagem um marido, filhos, e uma profissão, no entanto ao mencionar as dificuldades de relacionar a vida privada com a vida pública ela não faz referência às questões relacionadas às atividades de cuidar da casa, dos filhos ou do marido, mas sim em relação a sua privacidade, “na cidade pequena é muito difícil, pois as pessoas confundem muito os papéis. A privacidade deixa de existir, principalmente quando é uma pessoa humilde”.<sup>86</sup> Iolanda destaca a privacidade como dificuldade, talvez não mencione o cuidado com a casa, por ter uma condição de vida um tanto confortável que lhe possibilitasse não desempenhar funções domésticas, mas mesmo assim era uma trajetória trabalhosa, pois tinha que dar conta de sua empresa (uma escola), administrar a casa e cuidar dos filhos e marido. Em relação ao papel de mãe, possivelmente considere sua atuação satisfatória.

Dolores concorda com Iolanda na questão da privacidade e destaca também o tempo. “É que a vida privada a gente tem menos tempo quando a gente entra na política porque a gente tem um compromisso com o povo e a gente muitas vezes perde até um pouco da privacidade pra poder acompanhar”.<sup>87</sup> A questão tempo, foi uma bandeira de luta levantada pelas feministas das décadas de 1960 e 1970, motivadas pela dupla jornada de trabalho, nos ambientes públicos e privados e que retirava delas tempo pra se dedicarem a um aprimoramento intelectual, nessa mesma bandeira de luta elas buscavam uma igualdade, entre os sexos, voltada para a realização das atividades domésticas.

Iolanda e Dolores devem destacar a privacidade, por serem mulheres ligadas à família e aos filhos, pois o desenvolver da atividade política gera uma exposição constante, a qual talvez não estejam acostumadas, e como enfatiza Iolanda, principalmente na cidade pequena, onde todos querem ou sabem uns da vida dos outros e no caso delas especificamente os “fuxicos” sempre vem acompanhados de críticas, por serem, mulheres públicas.

---

<sup>86</sup> RÊGO, Iolanda dos Santos Vieira. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, jan, 2014.

<sup>87</sup> SILVA, Maria Dolores Pinheiro da. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2014.

Helenita considera difícil conciliar a vida privada com a vida pública, pois mesmo com a atuação na Câmara ela não se desliga da vida profissional e acrescido a isso ainda tem as atividades da casa.

É, num é fácil né, porque a mulher além dos trabalhos de casa né a gente precisou sim conciliar com a vida profissional de professor, porque aqui a Câmara Municipal a gente sabe que a gente num se desliga da vida profissional, eu mesmo atuei nos meus mandatos de vereadora junto também com a minha atividade profissional de professora, gestora de escolas, que eu fui um bom tempo e é muito difícil pra mulher que a gente assumi a tarefa de casa, de filhos e de casa com isso num é fácil mesmo a gente conciliar, mas eu graças a Deus e durante esse período de três mandatos deu pra conciliar.<sup>88</sup>

A vereadora menciona ter sim tido dificuldades para relacionar as diversas funções que acumulou, mas que conseguiu de maneira positiva cumprir seus mandatos. E mesmo com as dificuldades continuou na vida política e participou de três pleitos. Vale mencionar que durante seus mandatos e como presidente da Câmara, elaborou um projeto de conservação dos documentos da instituição, no entanto este só passou a ser desenvolvido a partir de 2012, e infelizmente para o nosso período de estudo não foram encontrados muitos registros na Câmara.

Ao contrário de Helenita, tanto Hosana como Jadey mencionam, não terem tido dificuldade de relacionar a vida pública com a vida privada. Hosana já estava acostumada a participar da vida pública, por ser casada com o médico e político Francisco Mário Mendes e por já ter atuado em alguns cargos públicos, sem falar que também contava com um vida econômica que lhe possibilitava não desempenhar as atividades domésticas e talvez por essas especificidades não tenha encontrado problemas de conciliação.

Jadey também não encontrou dificuldades de relacionar as esferas, ou talvez não tenha dado tempo senti-las, pelo fato de só ter as conciliar durante seis meses, e possivelmente pelo fato de não ser mais casada durante o seu mandato.

É interessante perceber que mesmo, Hosana e Jadey, mencionando não terem encontrado dificuldades de conciliar a vida cotidiana com a vida política, ambas marcam presença no quadro dos recuos da participação feminina de Ipiranga na política, mas nem por isso deixam de ser relevantes para o nosso trabalho, pois elas fazem parte e ajudam a entender a história das mulheres nas suas diferentes especificidades.

---

<sup>88</sup> SOUSA, Maria Helenita Rufino Leal. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

Constata-se que a maioria das nossas entrevistadas não apresenta, em seus relatos, terem encontrado muitos problemas para conciliar a vida privada com a vida política, talvez por terem condições que lhes proporcionassem desenvolver ambas as funções ou por ter alguém para ajudá-las. No entanto, é preciso observar que existem lacunas nessa relação que, foram construídas ao longo da história por uma formação cultural que separava os papéis e as atividades de homens e mulheres, criando preconceitos em torno destes, tornando a conciliação dos dois espaços para a mulher uma atividade que exige mais habilidades destas do que dos homens, para que elas possam dar continuidade a uma carreira política e pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período estudado, de 1972 a 2008, a participação da mulher na política ipiranguense deu-se de forma crescente e gradual, tornando o ambiente político, antes, exclusivo masculino, num espaço mais feminino. Esse caminho foi traçado com algumas particularidades, conquistas, descobertas e resistências. Por mulheres como Carminha, primeira vereadora do Ipiranga, que não recuou diante do desconhecido e deu os primeiros passos para a inserção da mulher num espaço até aquele momento composto só por homens e frente às especificidades de um período de repressão aos movimentos políticos, e como Iolanda, que apesar das críticas e preconceitos, alçou voos mais altos e em 2008, se tornou a primeira e, até agora, única prefeita da cidade de Ipiranga.

Essa participação feminina na política, em grande parte, se dá de acordo com as particularidades da política piauiense e local, onde muitas adentraram nesse campo por influência e incentivo familiar no desejo de continuarem a ter seus nomes inscritos na política local, compondo assim a elite política ipiranguense, ou em casos singulares pelo desejo dessas mulheres de escreverem seus nomes na política e na história, como é o caso de Helenita Rufino. E também motivadas por desenvolverem trabalhos assistencialistas junto à comunidade, que lhes rendia prestígio e reconhecimento como, no caso de Dapaz e Hosana, sempre apoiadas pelos pares políticos, familiares ou amigos.

Vale lembrar que estas mulheres foram influenciadas também pelas conquistas dos movimentos feministas, mesmo que essas digam não terem sido influenciadas por eles, mas elas, no entanto, desfrutam das conquistas desses movimentos, que conquistaram para esse caso específico, o sufrágio feminino. E se enquadram como participantes de um movimento de mulheres, mesmo que esse não seja reconhecido e organizado na cidade.

A participação da mulher na política ipiranguense é marcada por avanços e recuos, esses que não retiram o brilho e a importância de suas conquistas, por terem vencido os preconceitos e as barreiras enraizadas, criadas ao longo da história pela separação entre homens e mulheres educados para exercer funções específicas em lugares determinados, essa consolidação da separação dos espaços públicos e privados foram cultural e historicamente construídas baseadas na diferença do sexo, mesmo que nos últimos anos do nosso período de estudo estes não estivessem ativamente tão vivos, mais que ainda se fazem presentes, de forma mascarada, através das críticas e piadas machistas para com as mulheres.

Assim, compreendemos que a participação feminina na política de Ipiranga se deu de forma lenta e crescente, baseada numa influência familiar e num vivo desejo de atuar junto às

lutas da comunidade por melhorias. Todas, cada uma em seu contexto, foram importantes para marcar as conquistas femininas num espaço público, onde se desdobravam e inovavam, mantendo ou renovando concepções relacionadas à esfera de uma dupla atuação na vida pública e privada para poder atuar na esfera política.

## **FONTES E REFERÊNCIAS**

### **FONTES**

#### **Entrevistas:**

ANTUNES, Maria Dapaz Santos. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

FONTES, Maria do Carmo. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

MENDES, Hosana Maria Nogueira de Brito. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

RÊGO, Iolanda dos Santos Vieira. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, jan, 2014.

RUFINO, Jadey Carvalho. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

RUFINO, Lucas Cortez. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, jun, 2014.

SILVA, Maria Dolores Pinheiro da. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2014.

SOUSA, Maria Helenita Rufino Leal. *Depoimento concedido a Rosahilda Martins Cortez*. Ipiranga do Piauí, out, 2013.

#### **Manuscritos**

Livro Ata da Câmara Municipal de Ipiranga do Piauí, 1973.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARRAES, Ricardo. *Elites políticas e oligarquias no Piauí: 1982-1994*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UNICAMP, São Paulo, 1999.

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso: 23 jan. 2014.

CAMINHA, João Borges. *Ipiranga do Piauí: Recordações da cidade e do campo: Terra de Brejos e Buritizais*. Teresina: Gráfica do povo. EDUFPI, 2009.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Carla de Castro. *Mulheres na política: igualdade de gênero?* Sociologia, São Paulo, ano IV, ed. 40 jun./jul. 2012.

RABELO, Renato. *PC do B na tv: as mudanças têm que avançar*. 18 abr. de 2014. Disponível em: <<http://renatorabelo.blog.br/tag/pcdob/page/2/>>. Acesso em: 18 Jun. 2014.

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. *Resultado da Eleição do 1º turno*. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso 18 Jun, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.

MICHAUD Apud PERROT. Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MULHERES piauienses em luta visando conquistar posições. O Dia. Teresina, ano XXV, n. 4627, p. 1/3, 7/8 nov. 1976.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Carla BASSANEZI. A era dos modelos rígidos. In: \_\_\_\_\_; Pedro Joana Maria (org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerda e sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed 2005.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In. Rémond, René (org.). *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro. FGV. 2003.

ROCHA, Olivia candeia Lima. *Mulheres, escrita e feminismo no Piauí (1875 – 1950)*. Teresina: fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2011.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS; 1990.

SGARIONI, Mariana. *Grandes momentos*. Aventuras na História, São Paulo, out. 2004.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A Política de Salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 à 1998*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina 2008.

TORRES. Iraildes. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez. 2002.